

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E DIREÇÃO DE ARQUIVOS
CONVÊNIO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
E
ARQUIVO NACIONAL

MARTINA SPOHR GONÇALVES

POLÍTICAS DE ARRANJO E DESCRIÇÃO EM ARQUIVOS PRIVADOS PESSOAIS: O CASO DO CPDOC

CASA CIVIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

Niterói

Rio de Janeiro

2007

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

MARTINA SPOHR GONÇALVES

DE PROCEDIMENTOS A METODOLOGIA: POLÍTICAS DE ARRANJO E DESCRIÇÃO
NOS ARQUIVOS PRIVADOS PESSOAIS DO CPDOC

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de especialista em Organização,
Planejamento e Direção de Arquivos – Universidade Federal Fluminense (UFF) e Arquivo
Nacional

Orientador: Prof. Dr. Vitor Manuel Marques da Fonseca

Niterói

Rio de Janeiro

2007

G635 Gonçalves, Martina Spohr.

De procedimentos a metodologia: políticas de arranjo e descrição nos arquivos privados pessoais do CPDOC. / Martina Spohr Gonçalves. – 2007.

57 f. .

Orientador: Vitor Manoel Marques Fonseca.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Organização, planejamento e direção de arquivos) – Arquivo Nacional; Universidade Federal Fluminense, 2007.

Bibliografia: f. 55-57.

1. Arquivo - Brasil. 2. Arquivologia – Arquivos Pessoais – Brasil. 3. Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil Contemporâneo (CPDOC). I. Fonseca, Vitor Manoel Marques. II. Universidade Federal Fluminense. III. Título.

CDU: 930.251

CDD: 651.5

MARTINA SPOHR GONÇALVES

DE PROCEDIMENTOS A METODOLOGIA: AS POLÍTICAS DE ARRANJO E
DESCRIÇÃO EM ARQUIVOS PRIVADOS PESSOAIS NO CPDOC

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Especialização em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos – Universidade Federal Fluminense (UFF) e Arquivo Nacional, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Especialista.

Aprovada por:

Prof. _____ - Orientador

Dr. Vitor Manoel Marques da Fonseca

Prof. _____

Dra. Inez Stampa

Prof. _____

Dra. Célia Maria Leite Costa

Niterói

Rio de Janeiro

2007

Agradecimentos

Primeiramente agradeço à minha família. Aos meus pais, por sempre me apoiarem em tudo que eu faço, obrigada. Às minhas irmãs, que já estão começando a entender o que eu faço. Ao meu namorado Felipe, por me agüentar de mau humor e compreender a correria da minha vida neste momento. Às minhas avós, primos e primas, tios e tias que sempre tem uma palavra positiva quando sabem do resultado do meu trabalho.

Aos meus amigos do Mandala e todos os outros, sem os quais não teria muitos momentos de distração. Às amigas de sempre, Lívia, Carol, Denise, Jú, Fá, Vanessa, Caty, e Adelly.

Ao pessoal do curso de especialização, em especial à Mônica e à Fabiana, pelas gargalhadas de todos os dias. Às secretarias, Cláudia e Ana Paula e aos professores do curso, em especial ao meu orientador Vitor Fonseca que compreendeu sempre meus motivos e me apoiou até o final.

E, finalmente, ao pessoal do CPDOC, a todos do Setor de Documentação, sem o qual este trabalho não teria sido possível e em especial à Dany, pela amizade e companheirismo dentro e fora do trabalho, valeu!

Resumo

Analisa a metodologia de organização e descrição de arquivos pessoais do Centro de Pesquisa e História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), fazendo um histórico da instituição e uma análise das diferentes versões da metodologia do CPDOC, avaliando a importância que tiveram na evolução da organização e descrição deste tipo de arquivo no Brasil, relacionando-a com o debate teórico e com as normas de descrição arquivística ISAD(G), NOBRADE e ISAAR(CPF).

Palavras-chave: Arquivo – Brasil; Arquivologia – Arquivos Pessoais; Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil Contemporâneo (CPDOC)

Abstract

It analyzes the methodology of organization and description of personal archives of the Centro de Pesquisa e História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), making a history of the institution and an analysis of the different versions of the methodology of CPDOC, assessing the importance that have in the evolution of the organization and description of this type of archive in Brazil, listing it with the theoretical debate and with the rules of archival description ISAD (G), NOBRADE and ISAAR (CPF).

Key words: Archives – Brazil; Archives administration – personal archives; Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil Contemporâneo (CPDOC)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 OS ARQUIVOS PRIVADOS E A ARQUIVOLOGIA	9
3 ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS: AS VERSÕES DA METODOLOGIA DE ORGANIZAÇÃO DO CPDOC.....	15
3.1 História do CPDOC.....	15
3.2 De procedimentos para metodologia: as versões da metodologia própria do CPDOC.....	17
4 ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS: DEBATES E ATUALIDADES.....	35
4.1 A difusão da metodologia do CPDOC: o debate em torno de sua aplicação e as atuais propostas de arranjo e descrição.....	35
4.2 As normas de descrição nacionais e internacionais e a metodologia do CPDOC.....	45
5 CONCLUSÃO.....	52
BILIOGRAFIA.....	55

1 Introdução

Nosso estudo irá analisar a metodologia de organização e descrição de arquivos pessoais do Centro de Pesquisa e História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Faremos um histórico da instituição a partir de sua fundação a fim de contextualizar seu acervo e a construção de suas práticas de tratamento arquivístico. Em seguida faremos uma análise das diferentes versões da metodologia do CPDOC, avaliando a importância que tiveram na evolução da organização e descrição deste tipo de arquivo no Brasil.

A partir disto, será possível estabelecer as relações desenvolvidas entre o CPDOC e outras instituições no que diz respeito ao uso e adaptação da metodologia, e apontar as implicações que essas adaptações e críticas têm para o trabalho no acervo do Centro. Em seguida, trataremos do debate atual acerca da descrição e do arranjo deste tipo de arquivo, estabelecendo uma interlocução entre as normas ISAD(G), ISAAR(CPF) e NOBRADE e a metodologia do CPDOC.

A metodologia teve sua última edição no ano de 1998. A atualidade da metodologia do CPDOC é evidente, porém é preciso discutir a sua atualização. Ao longo dos quase dez anos que se passaram desde a sua última edição, alguns elementos práticos adotados na organização de arquivos pessoais foram modificados (pontos como a contagem de folhas e o fim das fichas catalográficas). Junto a isso, a partir do ano 2000, foi implementada a base de dados Accessus que permitiu a informatização da organização, da descrição e da consulta à documentação. A entrada das informações relativas ao sistema Accessus no texto da metodologia e a retirada das menções às fichas catalográficas são exemplos de que sua atualização é necessária.

Acreditamos que o estudo do objeto de pesquisa em questão – a metodologia de organização de arquivos pessoais do CPDOC, iniciativa pioneira na organização de arquivos privados pessoais – é bastante relevante, tanto para o CPDOC quanto para a comunidade acadêmica, que carece de maiores reflexões sobre o tema. Podemos apontar como uma das dificuldades da pesquisa proposta a escassez de documentos semelhantes à metodologia do CPDOC. Encontramos muitos debates e novas propostas em torno das compreensões de arranjo e descrição em arquivos privados pessoais, mas dificilmente textos produzidos no

mesmo formato da metodologia, ou seja, um conjunto formalizado de normas que reflitam uma política institucional de arranjo e descrição.

Além das questões citadas, destacamos que a escolha deste tema decorre de um interesse pessoal proporcionado pelo nosso trabalho no CPDOC na organização de arquivos pessoais. Diante do debate em torno das questões práticas ocorridas durante o trabalho e a partir das reflexões realizadas ao longo do Curso de Especialização em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos, sentimos a necessidade de analisar a metodologia.

Compreendemos como marco empírico na nossa pesquisa o CPDOC, enquanto instituição que produziu o nosso objeto, a metodologia de organização de arquivos pessoais do CPDOC. Desenvolveremos a pesquisa a partir da análise das quatro versões da metodologia do CPDOC. Buscaremos apontar a evolução das perspectivas contidas nas diferentes versões, procurando contextualizar temporalmente as decisões tomadas. A partir da leitura e análise das fontes destacaremos as questões que serão trabalhadas a partir da discussão dos autores que analisaram, de alguma forma, a metodologia do CPDOC, tanto nas temáticas em torno das definições de arranjo quanto nas definições relativas à descrição.

Após apresentar o estado atual da questão em torno da metodologia do CPDOC avaliaremos as críticas existentes, além de confrontarmos a metodologia com as normas de descrição arquivística – NOBRADE e ISAD(G).

No capítulo I, trabalharemos o conceito de arquivos privados pessoais discutindo as diferentes definições. A idéia foi trabalhar o conceito de arquivos pessoais, através das perspectivas de três países – França, Estados Unidos e Espanha – relacionando essas posições com a realidade brasileira, ressaltando as posições sobre arranjo e descrição em arquivos privados pessoais.

No capítulo II, trabalharemos com a história do CPDOC e com a evolução de sua metodologia.

No capítulo III, demonstraremos as outras perspectivas (incluindo as críticas) da compreensão das questões de arranjo e descrição presentes no debate brasileiro, fazendo um balanço e ponderando pontos positivos deste debate, mostrando como a metodologia foi disseminada para outras instituições que possuem acervo semelhante. Em seguida, analisaremos a possibilidade de adaptação da metodologia de organização de arquivos pessoais no CPDOC às normas de descrição arquivística – NOBRADE e ISAD (G).

Acreditamos, assim, contribuir não só para o debate técnico interinstitucional, mas, sobretudo, para a atualização da metodologia do CPDOC, definindo o que seria de mais útil aplicação ao trabalho concreto da Instituição.

2 Os arquivos privados e a Arquivologia

Para desenvolver as perspectivas teóricas acerca do nosso tema faremos a revisão da literatura produzida em torno das definições de arquivos pessoais¹, dentro dos debates presentes na disciplina arquivística. Para isso, trabalharemos com as definições de arquivos pessoais do *Dicionário Brasileiro de Arquivologia* (DIBRATE)² e do *Dictionary of archival terminology 3* (DAT 3)³, com a análise presente no *Manuel D'Archivistique*⁴ bem como as perspectivas dos autores T. R. Schellenberg⁵, Antonia Heredia Herrera⁶ e Heloísa Liberalli Bellotto⁷ acerca da compreensão dos documentos de origem privada.

É importante contextualizar o conceito de arquivos pessoais frente à Arquivologia. Esta, como disciplina oriunda do âmbito do Estado, não possuía definições específicas para aqueles arquivos produzidos por pessoas físicas. A definição de arquivo do Manual dos Arquivistas Holandeses⁸, um clássico na área, não contemplava a questão dos arquivos privados e, menos ainda, a de arquivos privados pessoais. A aceitação do conceito em âmbito mundial apresenta algumas divergências essenciais, que serão trabalhadas mais a frente.

Para iniciarmos a revisão da literatura produzida vejamos as definições de arquivo presentes no DAT 3 e no DIBRATE. No DAT 3 encontramos a seguinte definição:

1) Os documentos criados ou recebidos e acumulados por uma pessoa ou organização, no decurso da condução dos assuntos, e preservada por causa do seu valor contínuo; 2) O edifício ou parte de um edifício no qual ARQUIVOS (1) sejam preservados e tornados disponíveis para consulta; também referida como um repositório de arquivamento; 3) A agência ou programa responsável por selecionar, adquirir, preservar, e disponibilizar

¹ Encontramos diferentes formas de utilizar o conceito, dentre elas: arquivos pessoais e arquivo privado pessoal. Utilizaremos o termo arquivos pessoais devido à sua utilização no objeto em questão.

² ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Arquivologia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

³ *Dictionary of archival terminology 3*. In: < <http://staff-www.uni-marburg.de/~mennehar/datii/intro.html> > Acesso em 30 out. 2007.

⁴ CHAMSON, A. *Manuel d'archivistique. Théorie et pratique des Archives publiques en France*. Ouvrage élaboré par l'association des archivistes Français. Paris: Imprimerie Nationale, 1970.

⁵ SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 386 p.

⁶ HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivistica general. Teoria y practica*. 5. ed. actual. y aum. Sevilla: Diputacion Provincial de Sevilla, 1991. 512 p.

⁷ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 318 p.

⁸ “Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo, ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário”. ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. p. 13.

Arquivos (1); também referida como uma agência arquivística, instituição arquivística, ou programa arquivístico.”⁹

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o mesmo termo é assim definido:

- 1) Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo.
- 2) Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) a documentos.
- 3) Instalações onde funcionam arquivos (2).
- 4) Móvel destinado à guarda de documento.¹⁰

Observamos nessas duas definições, a presença dos documentos de natureza privada e, mais especificamente, a preocupação em abarcar a natureza individual ou familiar destes documentos. Sendo assim, a definição de arquivos pessoais no DAT 3 é a seguinte: “Arquivos pessoais¹¹ Documentos privados acumulados ou pertencentes a um indivíduo e sujeitos à sua eliminação”¹². Segundo o DIBRATE: “Arquivo pessoal. Arquivo (1) de pessoa física.”¹³

Para uma melhor compreensão do conceito de arquivos pessoais que utilizamos, destacamos a definição do DIBRATE de arquivos privados: “Arquivo (1) de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular.”¹⁴

Estas primeiras definições derivam de debates amplos na área da Arquivologia acerca do que poderia ser chamado de área conceitual de arquivos privados de pessoas. O fato de ter sido uma disciplina que nasceu no âmbito do Estado contribuiu para que a utilização do conceito de arquivos pessoais fosse relativamente recente. Na França, a definição do princípio do *respeito aos fundos* – proveniente da circular de Nataly de Wally de 1841 – promoveu no país a organização da atividade arquivística de fundos primordialmente de origem pública e disseminou uma forma de organização comum para as instituições arquivísticas públicas francesas. Embora fale de arquivos privados, esse texto só se refere a arquivos produzidos por instituições e não por pessoas.

O *Manuel D'Archivistique*, publicado na França em 1970, traz alguns aspectos bastante interessantes acerca da compreensão da documentação privada. Na França, a

⁹ Dictionary of archival terminology 3. In: < <http://staff-www.uni-marburg.de/~mennehar/datii/intro.html> > Acesso em 30 out. 2007. Tradução do autor.

¹⁰ ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Arquivologia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 27.

¹¹ Em inglês o termo utilizado é *personal papers*.

¹² Dictionary of archival terminology 3. In: < <http://staff-www.uni-marburg.de/~mennehar/datii/intro.html> > Acesso em 30 out. 2007. Tradução do autor.

¹³ ARQUIVO NACIONAL, Op. cit., p. 34.

¹⁴ Ibid., p.35.

documentação privada passou a constituir, a partir de 1949, duas “séries” especiais, a série *AP* (*Archives Privées*) e *AQ* (*Archives Économiques*), a primeira destinada a receber documentos de famílias ou pessoas, com caráter político, literário e científico, e a segunda para estabelecimentos bancários, industriais e comerciais, constituindo-se separadamente em relação ao restante do acervo. No manual francês, encontramos definições específicas para cada tipo de documentação de caráter privado.

Dentro do que chamam de arquivos familiares e pessoais encontramos algumas divisões. Os arquivos chamados de “arquivos puramente familiares” são constituídos de documentos gerais concernentes à família, e dos documentos relacionados particularmente a um indivíduo.

Os arquivos meramente domésticos se encontram em todas as famílias e em alguns casos estes são até mesmo os únicos documentos que aquele pode esperar recuperar. Os “arquivos senhoriais” são constituídos de grupos importantes de documentos das famílias nobres. Dividem-se em documentos propriamente senhoriais e documentos feudais. Os “arquivos dominiais” são compostos por títulos de propriedades, documentos notariais entre outros.

Outra divisão está nos “documentos de função”, provenientes do exercício de uma função. Estas funções podem ser puramente privadas (sendo os documentos privados), eclesiásticas, públicas ou oficiais. Neste ponto merece destaque a preocupação com a mistura de documentos de natureza pública e privada, fato que ocorre quando um indivíduo leva para o âmbito privado documentos de caráter público.

A última divisão dentro do que chamam de arquivos de família ou pessoais está nos “documentos científicos e literários”. São estes, por exemplo, originais de livros ou estudos acadêmicos, e se encontram freqüentemente nos arquivos de família.

O *Manuel D’Archivistique* dispõe ainda sobre o tratamento arquivístico de fundos familiares. Em seu texto encontramos disposições sobre a entrada dos fundos, onde devem ser considerados os doadores – ou, no caso de compra de algum fundo, o depositante – pautados por um contrato. Há uma interessante observação quanto à proveniência desta documentação. Os fundos de arquivos familiares estão ou podem estar em mãos privadas ou em depósito público. Neste último caso, em todos os fundos recebidos, é necessário os distinguir cuidadosamente das remessas regulares das administrações públicas, e os classificar em séries apropriadas. Em relação a estas séries, destacamos um trecho onde fica mais evidente a preocupação com a separação da documentação de caráter privado:

Les documents sont ensuite intégrés dans des séries spéciales qui leur sont affectées. Aux Archives nationales, ce sont la série AP pour le fonds constitués, la série AB XIX pour les petits dossiers, pièces isolées ou papiers d'érudits; dans les Archives départementales, c'est maintenant la série J qui recueille les papiers privés.¹⁵

As operações de recepção da documentação também são abordadas, tratando da organização dos fundos, das questões sobre a eliminação ou devolução da documentação. Trata de questões relativas ao arranjo, considerando a necessidade de análise da documentação antes da definição de seu arranjo e o respeito aos dossiês provenientes da constituição do arquivo, destacando a necessidade de trabalhar, também nos arquivos pessoais, com o princípio do respeito aos fundos. Destaca ser importante a distinção dos documentos pessoais de indivíduos dentro dos arquivos privados. Há, também, uma preocupação com a fragmentação de alguns fundos:

Il arrive assez souvent que certains fonds arrivent fragmentairement (achats divers ou ventes publiques ou chez des marchands, dons ou dépôts successifs, etc.). On reconstitue alors le puzzle selon les règles énoncées ci-dessus, et on se garde surtout de reclasser ensemble les lettres des divers correspondants. Par contre les minutes ou registres de copies de lettres sont soigneusement triés et versés dans les cartons des personnages dont ils émanent.¹⁶

O texto trata ainda da produção de inventários e das salvaguardas dos arquivos familiares, por meio de acordos e medidas legislativas. O ponto sobre arquivos familiares termina com algumas considerações acerca da importância destes para a História.

Podemos perceber que, na França, há uma evidente preocupação com a definição dos arquivos privados, estabelecendo-se as divisões possíveis dentro de suas definições e explicitando os tipos documentais que compunham cada tipo de fundo. A criação de uma série para arquivos privados em 1949 é uma prova deste pensamento. A preocupação com a salvaguarda destes documentos – por meio, inclusive, de instrumentos legais – e o destaque para a importância destes para a História demonstram a importância que a França confere aos arquivos privados.

Veremos, ao analisar as versões da metodologia de organização do CPDOC, que tais idéias possuem bastante influência no Centro, na medida em que alguns de seus principais técnicos no período de desenvolvimento da primeira versão haviam estudado na França na década de 1970 e apreendido certas concepções. A importância dada pelos franceses aos

¹⁵ CHAMSON, A. Manuel d'archivistique. Théorie et pratique des Archives publiques en France. Ouvrage élaboré par l'association des archivistes Français. Paris: Imprimerie Nationale, 1970. p. 407.

¹⁶ Ibid., p. 408.

arquivos privados difere um pouco das considerações de outros teóricos da Arquivologia de outros países.

Os Estados Unidos possuem uma forma diferente de compreender o trabalho arquivístico, o que é interessante para confrontação com as tradições arquivísticas da França, Espanha e Brasil. Nos Estados Unidos, o trabalho com arquivos se dá em duas principais frentes, a do *records management* e a dos *archives*. A primeira volta-se para o que denominamos de arquivos correntes e intermediários. A segunda diz respeito aos arquivos permanentes, ou seja, aqueles que possuem valor secundário e necessitam de guarda permanente. Ainda que hoje se assista uma nova forma americana de pensar os arquivos privados, muito mais próxima da visão francesa que predominou inclusive no Brasil, tradicionalmente, utilizaram a categoria de *Record groups* para nomear as unidades de arquivo, em detrimento da noção francesa de fundo. Schellenberg nos dá indicações de como, nessa perspectiva, são definidos e tratados os arquivos pessoais nos Estados Unidos:

O termo papéis privados inclui material cartográfico e em forma de texto impresso, manuscrito ou datilografado. Tanto inclui material que se origina de uma pessoa quanto de uma entidade [...] As coleções de papéis privados dividem-se em dois tipos que podem ser diferenciados pela maneira pela qual eles vieram a existir. São: a) coleções naturais ou orgânicas, e b) coleções artificiais.¹⁷

Podemos observar que, nessa visão, os documentos produzidos por pessoas ou famílias em âmbito privado não constituíam, por muito tempo, um fundo arquivístico nos Estados Unidos. Não eram nem mesmo chamados de “arquivo”, mas sim de coleções, e os documentos privados pessoais constituíam coleções de manuscritos.¹⁸ É fato, entretanto, que tal situação vem rapidamente mudando, nos últimos anos.

Na Espanha observamos uma tendência a não considerar os arquivos pessoais como fundos, mas sim como coleções. Segundo Antonia Heredia Herrera:

La mayoría están constituídos [os arquivos pessoais] por documentos sueltos formando una colección. Incluso series habituales, como puede ser la correspondencia, plantean dificultades serias, por cuanto muchas de las cartas están integradas en “dossiers” sobre algún acontecimiento concreto y sería equivocado desgajarlas de su contexto. A la hora de la organización no podemos partir del principio de procedencia, como si tratara de una institución con funciones y actividades definidas, de ahí la consideración

¹⁷ SCHELLENBERG, T. R.. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 270.

¹⁸ Em inglês o termo utilizado é *manuscript collection*.

de colección en la que el orden cronológico será prioritario de una mínima sistematización.¹⁹

Esta definição de Herrera será de suma importância para a nossa discussão relativa às críticas empreendidas a metodologia de organização de arquivos pessoais do CPDOC. Muitas das críticas feitas à metodologia tiveram como matriz o pensamento arquivístico espanhol.

Do ponto de vista da produção acadêmica sobre o tema no Brasil, pode-se destacar a definição de arquivos pessoais defendida por Heloísa Liberali Bellotto, reconhecida profissional de São Paulo, com atuação em todo o país:

Assim, pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas e etc. Enfim, pessoas cuja maneira de agir, pensar, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.²⁰

Essa breve apresentação aponta que o conceito de arquivos pessoais é tratado de diferentes maneiras. Nosso objetivo é observar como essa discussão também se coloca no Brasil e identificar as matrizes internacionais das posições encontradas, confrontando-as com as bases teóricas do trabalho com arquivos privados pessoais desenvolvido pelo CPDOC.

¹⁹ HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general. Teoría y práctica*. 5. ed. actual. y aum. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991. p. 458.

²⁰ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 266.

3 Organização de arquivos pessoais: as versões da metodologia de organização do CPDOC

3.1 História do CPDOC

Para compreendermos o contexto de produção da metodologia de organização de arquivos pessoais do CPDOC é interessante a realização de um breve histórico do Centro. A conjuntura histórica na qual a criação do CPDOC se insere merece destaque. No início da década de 1970 foram fundados diversos cursos de pós-graduação no Brasil, o que gerou um aumento considerável na busca por fontes primárias para suprir as pesquisas acadêmicas empreendidas, destacando-se a utilização de arquivos pessoais. Junto a isso, observamos a criação dos primeiros cursos de graduação em Arquivologia, elevando o grau de preocupação com a preservação e a organização de documentos. Além do CPDOC, neste período foram fundados diversos centros de documentação e memória, entre outros, o Arquivo Edgard Leuenroth e o Centro de Memória na Unicamp, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP e a Casa de Oswaldo Cruz.

O CPDOC – um dos primeiros - foi criado em junho de 1973, passando a fazer parte do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Surgiu com a finalidade de reunir, preservar e dar acesso a um acervo de documentos de reconhecido valor histórico para a história contemporânea brasileira pós 1930. Até então, normalmente, os acervos privados não eram vistos como material de interesse por outros que não os seus produtores e, eventualmente, suas famílias. Com o CPDOC, é reforçada a idéia de que o fundo privado pessoal tem interesse para a pesquisa. Isso funciona como uma monumentalização do acervo e é usado como argumento para a doação – por meio do acervo transformado em monumento, permanece a memória de seu produtor. Apesar de ter sido pensado inicialmente como um centro de documentação, com o tempo o CPDOC passou a desenvolver suas próprias pesquisas, dividindo-se em dois setores: um setor de documentação e um setor de pesquisa¹.

A interação das duas áreas, principalmente nesses primeiros tempos, era intensa e os acervos recebidos foram utilizados como fonte pelos pesquisadores da casa. O acervo foi

¹ Em 2005 o CPDOC fundou o curso de graduação em Ciências Sociais o que acarretou a criação de mais um setor, o setor de ensino.

constituído inicialmente de dois fundos de bastante relevância para a história do Brasil republicano: os arquivos pessoais de Getúlio Vargas – doado em junho de 1973, caracterizando a origem do Centro - e de Oswaldo Aranha – doado em outubro do mesmo ano. O acervo era, inicialmente, constituído de fundos de personagens da elite política brasileira, o que foi modificado ao longo do tempo. Devemos destacar a importância de uma das fundadoras do Centro, Celina Vargas do Amaral Peixoto, que recebeu de sua mãe, Alzira Vargas do Amaral Peixoto², a doação do arquivo de seu avô Getúlio Vargas. Atualmente, o CPDOC recebe fundos de personagens importantes no cenário nacional, tais como os fundos Herbert de Souza (Betinho), que foi um importante sociólogo, e Evandro Lins e Silva, advogado e jurista, e não apenas de personagens da elite política nacional³.

Em palestra no ano de 1981, a então coordenadora do Setor de Documentação Célia Reis Camargo relata a primeira experiência do Centro em organização de arquivos nos fundos Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha:

O total de unidades documentais era de 110 mil documentos, e a equipe ficou mobilizada durante praticamente dois anos para trabalhar esse material. E esse trabalho de dois anos se prolongou. O tempo é mais ou menos longo de tratamento, mas o trabalho consistia numa busca, que parecia indispensável, de estabelecer diretrizes para o tratamento de arquivos privados e, basicamente, de arquivos pessoais, no máximo familiares, pois eles têm uma especificidade dentro de uma área mais ampla de arquivos privados, que incluem arquivos de instituições.⁴

Esse relato nos permite inserir na discussão o nosso objeto de pesquisa considerando o CPDOC como o nosso marco empírico. A dificuldade apontada por Célia Reis Camargo acarretou na construção de uma metodologia própria, que ganhou o nome de “Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos”⁵, produzida em 1980, sete anos após o início das atividades do Centro. A segunda versão foi produzida em 1986, e denominada como “Procedimentos técnicos em arquivos privados”⁶, a terceira, feita em 1994, chamada de “Procedimentos técnicos adotados para a organização de

² O arquivo pessoal de Alzira Vargas do Amaral Peixoto (em organização) e de seu marido e pai de Celina Vargas do Amaral Peixoto, Ernâni do Amaral Peixoto (disponível para consulta), pertencem ao acervo do CPDOC.

³ É interessante observar que, apesar desta abertura, a maior parte do acervo continua sendo composto de fundos cujos titulares pertenciam à elite política nacional.

⁴ CAMARGO, Célia Reis. A experiência do CPDOC. In: Encontro de Fotografia e Memória Nacional, I., 1981, São Paulo. Rio de Janeiro: CPDOC, 1981. 34f. p. 59.

⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1980, 44p, 30cm.

⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos em arquivos privados. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1986, 101p.:il.;32,5cm.

arquivos privados”⁷ e a quarta e última, de 1998 possui o título que estamos utilizando para caracterizar o nosso objeto “Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC”.⁸ Observamos na própria terminologia utilizada nos títulos das versões da metodologia uma indicação de mudança na percepção científica do Centro quanto ao conteúdo desse trabalho. A última versão adota o termo “metodologia” o que indica uma maior sistematização das concepções produzidas pelo CPDOC enquanto as anteriores utilizam o termo “procedimento”, o que indica uma percepção mais interna e menos sistematizada.

Este breve histórico nos permite pensar como e porque foram criados procedimentos para a organização dos arquivos do CPDOC. As mudanças pontuais ao longo das diferentes versões e a terminologia utilizada para caracterizar seu conteúdo são indicativos essenciais para a compreensão do objeto em questão.

3.2 De procedimentos para metodologia: as versões da metodologia própria do CPDOC

Como destacamos acima, a prática de organização de arquivos pessoais do CPDOC tornou necessária a adoção de procedimentos de organização a fim de padronizar e determinar o formato segundo os quais a documentação recebida pelo Centro seria tratada.

A primeira versão da metodologia foi produzida em 1980, sete anos após a chegada dos primeiros arquivos ao Centro, e ganhou o nome de “Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos”⁹. No momento em que foi produzida, o CPDOC possuía cerca de 500 mil documentos. Até hoje, os trabalhos nos arquivos pessoais são conduzidos por três subsetores. Na realidade, esta separação foi feita a fim de determinar áreas específicas de trabalho, levando em conta, também, diferentes gêneros de documentos que, usualmente, estão presentes em arquivos pessoais, constituíram-se, portanto, os subsetores Arquivo, Audiovisual e Biblioteca. O subsetor de Arquivo era responsável pelo tratamento e pela organização de documentos manuscritos e datilografados e pelos recortes de jornais. Ao subsetor de audiovisual cabia o tratamento e a organização de

⁷ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados. 2 ed. Rio de Janeiro: 1994.

⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

⁹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1980, 44p.

fotografias, filmes, microfilmes, discos e outras gravações sonoras. No subsetor de biblioteca eram tratados todo o material impresso, mapas, plantas e atlas.

A preocupação quanto à divulgação dos procedimentos do CPDOC através de uma publicação é encontrada em sua apresentação:

O CPDOC, através do Setor de Documentação, tem sido procurado com muita frequência por instituições ou grupos que pretendem implantar, com fins idênticos, um trabalho de organização, utilização e divulgação da documentação histórica, de caráter público ou privado. No momento em que os esforços para a preservação da memória nacional são redobrados e generalizam-se por todas as instituições que, de algum modo, se consideram responsáveis por essa tarefa, a atitude de relatar nossas preocupações, revelando parte significativa de nossas experiências e procedimentos, assume importância fundamental para a continuidade de nossos trabalhos. É com o objetivo de atender às solicitações de colaboração interinstitucional e divulgar o trabalho que realizamos, que julgamos oportuna essa publicação. Convém ressaltar, ainda, a tentativa de abrir o debate relativo ao tratamento, utilização, divulgação e acesso às fontes primárias em nosso país.¹⁰

Nas considerações preliminares encontramos uma evidente preocupação com a busca de informações na área da Arquivologia. Merece destaque a ênfase dada no diálogo com experiências internacionais, visto que no Brasil não existia nenhum procedimento que desse conta das necessidades do CPDOC. Nesta primeira versão, é relatada a busca de padrões nas bibliotecas presidenciais dos Estados Unidos e na experiência francesa, procurando nesta subsídios relativos às técnicas de organização de arquivos. A influência francesa é caracterizada pela formação de alguns pesquisadores do Centro. Celina Vargas do Amaral Peixoto (fundadora e então chefe do CPDOC) e Aspásia Camargo, por exemplo, haviam acabado de fazer suas pós-graduações na França, trazendo para a construção do Centro uma perspectiva de estudos voltados para uma nova história política, que constituiu o eixo de seu acervo e de seus estudos. Observamos, entretanto, que a busca pelo debate produzido nos Estados Unidos caracteriza a preocupação dos pesquisadores do Centro em considerar diferentes perspectivas, refletindo nas definições propostas nas versões da metodologia.

Em termos teóricos, esta primeira versão traz algumas definições, como a de arquivo privado, de coleção, de série, de subsérie e inventário analítico. Consideramos importante para o nosso estudo perceber como o Centro atuou na definição de tais termos a fim de comparar e delinear as possíveis mudanças quanto às suas características. Podemos também

¹⁰ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1980. p. II.

considerar a relevância que esta versão do manual teve para a área da Arquivologia e, principalmente, na produção de referenciais teóricos específicos no que diz respeito aos arquivos privados pessoais no Brasil. Desta forma, destacamos a seguir algumas destas definições presentes nos procedimentos de 1980:

A bibliografia especializada define como arquivos privados aqueles fundos e documentos de natureza particular, produzidos no decorrer da vida de indivíduos, famílias ou associações. [...] Neste sentido, para efeito de organização de seu acervo, o Centro distingue duas modalidades básicas de composição – arquivos e coleções -, sendo a segunda subdividida em coleções orgânicas e coleção artificial. [...] A diferenciação entre uma e outra modalidade se estabelece a partir do preenchimento de um quadro básico de exigências, determinado principalmente pelo conteúdo geral do conjunto de documentos tratados. Assim, para que um conjunto possa ser considerado como arquivo, é necessário que retrate a vida política de seu titular e/ou contexto histórico em que atuou. [...] As coleções orgânicas, de outro lado, caracterizam-se por: documentação esparsa, que na maioria das vezes coincide com um número reduzido de documentos; informações descontínuas; dados insuficientes para a reconstituição ou apreensão de um período histórico determinado, ou de um período mais abrangente, ou ainda de momentos específicos da vida do titular; número reduzido de documentos que, mesmo oferecendo continuidade de informações, não revelam quantidade ou qualidade suficiente de dados para a análise da vida do titular, de momentos específicos de sua atuação ou do contexto histórico geral. [...] dentro destes critérios, uma coleção pode se transformar em arquivo, desde que haja um acréscimo de material. [...] Quanto à coleção artificial, denominada no CPDOC de Coleção de Documentos Avulsos (CDA), é constituída por documentos esparsos, de origem diversa, e por isso mesmo obedece a critérios específicos de organização.¹¹

Essa citação, apesar de extensa, reflete muito o momento em que a versão desta metodologia foi definida. O Centro possuía ainda um número reduzido de fundos e dividia, de acordo com o que foi estabelecido em relação à natureza da documentação, estes em arquivos, coleções orgânicas e coleção artificial. Essa diferenciação será redefinida nas outras versões, servindo desta forma como elemento comparativo entre elas. Porém, destacamos novamente a importância destas apreensões e da compreensão, pautada pelos conceitos arquivísticos, dos fundos de natureza privada e pessoal para a incipiente Arquivologia nacional.

Outro ponto que merece destaque em nossa análise se dá quanto à questão do arranjo. A divisão da documentação em séries foi utilizada desde o início. A definição destas, na versão de 1980, era a seguinte: “Entende-se por séries o conjunto de documentos que

¹¹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1980. p. 3.

compõem uma unidade definida a partir dos critérios de conteúdo ou espécie de material”¹². Observamos uma divisão pautada pela determinação do conteúdo ou da espécie documental, fato que ocorria também com as subséries, estando ausente, portanto, a utilização das séries pautadas pela função ou cargo ocupado pelo titular. Esta questão do estabelecimento do arranjo servirá também como elemento comparativo.

Há, também, uma ênfase na preocupação com a relação entre a organização do acervo e a pesquisa. Diante disso, determina que a finalidade da organização de arquivos é a de colocar à disposição do usuário documentos de valor histórico. Para isso, elegia-se como principal instrumento de pesquisa o inventário analítico, que refletia o arranjo dado ao acervo e todos os dados relativos ao documento tais como autoria e/ou nome de remetentes, nome dos destinatários e locais de produção, registro do código (notação) e do resumo dos conteúdos destes documentos.

Encontramos pontos relativos ao recebimento e à distribuição do material entre os setores, que consistia na desinfestação e no exame sumário da documentação, a fim de estabelecer o tratamento inicial de conservação e preservação da documentação recebida. Quanto à organização dos documentos manuscritos e datilografados, observamos a preocupação com a pesquisa sobre o titular bem como a adoção de uma estratégia de organização por meio de um plano de trabalho contendo os seguintes elementos a serem observados: o arranjo original da documentação (forma de organização adotada anteriormente à sua chegada ao CPDOC), a espécie de documentos (correspondência, recortes de jornais, fotografias e etc.), o volume da documentação e o tipo de informação (política, pessoal, familiar, etc.).

O inventário analítico consistia na elaboração da ficha-resumo, que continha o código, a autoria e/ou remetente, o resumo do conteúdo, o local de produção e o número de folhas. A composição do código¹³ continha um elemento que identificava o titular, acrescido da data do documento na ordem inversa (ano, mês e dia)¹⁴, colocando-se abaixo as siglas da série correspondente e da subsérie, quando fosse o caso. Se houvesse mais de um documento com mesma data, acrescentar-se-ia ao código uma numeração progressiva, antecipada de barra; nos anexos o código era acrescido da letra a maiúscula (A), precedida de hífen. Os elementos desconhecidos em relação à data deveriam ser substituídos por 00 e o código ficaria no canto

¹² Ibid., p. 3.

¹³ Nesta versão a notação ainda era denominada como código. Observaremos como este termo será abandonado e substituído.

¹⁴ Inicialmente o ano era representado no código por dois dígitos (por exemplo: o ano de 1932 aparecia no código como 32). Com a chegada do ano 2000, o CPDOC modifica este ponto passando a inserir os quatro dígitos do ano na notação.

superior direito da primeira página de cada documento e de cada anexo. Há uma preocupação em fornecer exemplos logo a seguir das explicações¹⁵.

A entrada de nomes também era contemplada e se baseava no Código de Catalogação Anglo-Americano, na ocasião, a edição de 1969. O resumo era feito através da análise individual das unidades documentais. Na ficha-resumo devia-se inserir ainda o local e o número de folhas, bem como o resumo de anexos e cópias, que eram mantidas no arquivo.

Um outro ponto interessante é o fato do texto apresentar separadamente arranjo, resumo de unidades individuais e formação de dossiês. O tópico relativo à formação de dossiês afirmava que este consistia na reunião de documentos que, dentro de uma mesma série, referiam-se a um mesmo tema. A criação de dossiês é justificada tanto para racionalização do trabalho de organização de arquivos quanto para facilitação da pesquisa pelo usuário. Observações são indicadas na organização destes dossiês, bem como a ordenação cronológica, a composição do código com a data do primeiro documento – que deveria ser registrada em todos os documentos do dossiê, inclusive os anexos – a numeração em ordem crescente dos documentos, o período, o local a definição do número de documentos – sem contar anexos e cópias – e a entrada na ficha-resumo dos nomes e das espécies documentais.

É interessante observar que os procedimentos do Centro, mesmo em seis anos, mudaram de acordo com as questões práticas provenientes da organização dos documentos. O CPDOC começou a organizar os fundos a partir de um arranjo composto por séries e subséries, e os resumos eram feitos documento a documento. Este tipo de organização não era chamado de dossiê. A formação de dossiês – que nesse momento constituíam,

¹⁵ Destacamos alguns exemplos do Arquivo Antunes Maciel:

Carta com data de 08 de maio de 1932: AM 32.05.08

c

AM (elemento que identifica o titular); 32.05.08 (data do documento na ordem inversa); c (sigla da série correspondente).

Cartas de 05 de junho de 1932: AM 32.06.05/1

c

AM 32.06.05/2

c

AM (elemento que identifica o titular); 32.06.05 (data do documento na ordem inversa); /1 (numeração progressiva antecipada de barra); c (sigla da série correspondente).

Anexo a carta de 08 de maio de 1932: AM 32.05.08 – A

c

AM (elemento que identifica o titular); 32.05.08 (data do documento na ordem inversa); - A (indicação do anexo); c (sigla da série correspondente).

necessariamente, mais de um documento – decorreu da necessidade de racionalizar o trabalho. Isso é evidente nesta versão da metodologia, e reflete a ampliação das atividades do Centro com o recebimento de mais fundos. A descrição de documentos isolados passa a ser cada vez menos utilizada. Em relação aos recortes de jornais era constituída uma série em ordem cronológica e feito um índice de assuntos, pois o conteúdo dos recortes não era resumido.

A metodologia também dispõe sobre o tratamento de fotografias, filmes e documentos sonoros além do tratamento do material impresso. Este último constitui o acervo da biblioteca, onde se encontram livros, folhetos, periódicos e teses acadêmicas oriundos dos arquivos e coleções ou doações avulsas. Este material recebe, até hoje, tratamento de biblioteca, porém as siglas que representam os fundos de origem são mantidas. Os demais documentos audiovisuais recebem o tratamento técnico adequado e constituem séries únicas. Não entraremos na exposição das questões técnicas específicas de cada tipo de suporte, embora ressaltemos que a metodologia dispõe sobre tais questões.

Ao final da versão de 1980 encontramos uma série de anexos com considerações complementares. O primeiro lista as séries, subséries e códigos utilizados na organização de arquivos do CPDOC: série correspondência, série documentos pessoais, série produção intelectual, série recortes de jornais, série documentação complementar, série fotografias, série filmes e série discos. Os tipos de documentos e os temas que compõem estas séries estão dispostos em seguida. Inicialmente, o CPDOC possuía um “modelo” de arranjo onde a perspectiva tipológica predominava. Esta questão pode ser entendida como crucial para o desenvolvimento do nosso trabalho, pois, além de gerar debates internos que são refletidos nas próprias versões da metodologia, suscitaram as principais críticas externas.

Outro importante documento para nossa discussão é o terceiro anexo, constituído de uma série de regras para a entrada de nomes, produzidas para o uso do CPDOC, com base no Código de Catalogação Anglo-Americano. Este ponto será explorado nos capítulos seguintes, principalmente no que diz respeito à norma ISAAR (CPF). Os outros anexos são constituídos por modelos de fichas catalográficas e de planilhas utilizadas para a ordenação das informações da organização dos arquivos.

Partindo das considerações sobre a primeira versão, podemos observar uma tentativa de sistematizar uma prática do Centro. Apesar de alguns elementos definidos de forma um pouco confusa – como a formação de dossiês e a utilização do resumo por unidade documental – a primeira versão da metodologia não sofreu muitas modificações. A estrutura básica de seu texto e as características mais gerais de organização de arquivos pessoais foram mantidas. Quanto às mudanças, veremos como elas se deram a partir deste momento.

Em 1986, o CPDOC publica a segunda versão de sua metodologia sob o título “Procedimentos técnicos em arquivos privados”¹⁶. Logo de início é possível identificar uma maior preocupação com a organização do texto, por meio de um sumário mais detalhado, com pontos mais específicos. Na apresentação, vemos a definição de uma linha de acervo, o que não fora tocado na primeira versão. O objetivo do Centro seria o “de preservar e organizar arquivos privados de homens públicos com atuação na política nacional no pós-1930, bem como de investigar temas da historiografia brasileira relativos ao mesmo período”.¹⁷ A divisão em subsetores é mantida. A justificativa para a publicação de uma edição revista e atualizada é a de que foram feitas mudanças na forma de trabalhar a organização dos arquivos.

Nas considerações preliminares observamos a preocupação em enfatizar a linha de acervo do Centro. A definição sobre arquivos privados e coleções também está presente, como é possível observar no seguinte trecho:

A Comissão de Estudos de Terminologia Arquivística da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) definiu recentemente os arquivos privados como “conjunto de documentos produzidos ou recebidos por instituições não-governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas, e que possuam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação”. Segundo a mesma comissão, coleção é um “conjunto de documentos, sem relação orgânica, aleatoriamente acumulados”.¹⁸

A preocupação com a utilização adequada da terminologia arquivística aparece ao longo do texto. A divisão entre arquivos, coleção orgânica e coleção artificial (Coleção de Documentos Avulsos – CDA), sendo esta última o tipo de coleção definido pela ABNT, é modificada. Encontramos a justificativa desta mudança e a importância da terminologia arquivística nas considerações preliminares:

No segundo semestre de 1985, o CPDOC adotou as definições estabelecidas pela ABNT, implicando a nova postura o fato de que os conjuntos documentais doados ao Centro passaram a ser classificados de acordo com a terminologia em vigor definida para a área de arquivos. Dessa forma, aboliu-se a distinção entre arquivos e coleções orgânicas, mantendo-se apenas duas modalidades no acervo – arquivos e CDA.¹⁹

¹⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos em arquivos privados. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1986, 101p.

¹⁷ Ibid., p. 1.

¹⁸ Ibid., p. 5.

¹⁹ Ibid., p. 6.

Em relação à disponibilização da documentação encontramos características arquivísticas na sua determinação. Na primeira versão vemos uma ênfase na relação entre a organização e a pesquisa. Na versão de 1986 está disposto que: “A organização de arquivos tem sempre como finalidade última colocar à disposição dos usuários conjuntos documentais que forneçam informações de caráter probatório e/ou informativo”.²⁰

Podemos atribuir isso ao desenvolvimento da própria área da Arquivologia como âmbito de pesquisa, no momento em que estava se construindo como disciplina autônoma. Quanto aos instrumentos de pesquisa, merece destaque a produção de índices onomásticos ou de assuntos, catálogos e o Guia dos arquivos do CPDOC²¹, além dos inventários analíticos produzidos anteriormente.

Quanto ao recebimento e ao tratamento inicial da documentação não observamos modificações técnicas, apenas uma formulação mais bem construída do texto em que tais procedimentos são explicados, recorrendo aos conceitos estabelecidos pela Comissão da ABNT. A preocupação com a conservação e preservação dos documentos fica bastante evidente.

O tratamento dos documentos manuscritos e datilografados ganha etapas específicas: o estudo preliminar, a definição do arranjo, a codificação dos dossiês ou documentos e a elaboração do inventário analítico. Cada uma destas etapas ganha uma descrição mais aprofundada. Quanto ao estudo preliminar, não encontramos muitas alterações, consistindo basicamente na pesquisa sobre o titular e sua documentação.

Em relação ao arranjo observamos algumas mudanças. O ponto relativo à definição do arranjo começa da seguinte forma:

O arranjo deve levar em consideração, sempre que possível, a ordem original dos documentos, ou seja, a forma em que estavam dispostos ao serem doados. Na maioria das vezes, os documentos são encaminhados ao CPDOC sem qualquer organização definida. Quando isso acontece, ou nos casos em que a organização existente se mostra inadequada à recuperação das informações contidas no arquivo, determina-se o arranjo a ser adotado.²²

²⁰ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos em arquivos privados. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1986, 101p. p. 6.

²¹ Edição mais recente deste instrumento: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Guia dos arquivos do CPDOC. 3 .ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996. 263p. Atualmente o Guia dos arquivos do CPDOC é disponibilizado pela internet na página do Centro (www.cpdoc.fgv.br).

²² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Op. cit., p. 9.

Na versão anterior, a questão da ordem original aparece como um dos pontos que deveriam ser observados durante o exame sumário da documentação. A preocupação com a ordem original dos documentos ganha um posicionamento mais claro do Centro em sua segunda versão, traduzida na citação acima. Quanto à definição das séries observamos a maior e mais importante mudança, a inclusão da atuação do titular na construção do arranjo, unida às determinações anteriores da reunião da documentação por espécie do material ou pelo seu conteúdo. Sendo assim, as séries poderiam ser funcionais, temáticas, geográficas, cronológicas ou por espécies de documentos. As séries funcionais “são constituídas por documentos que dizem respeito às funções ou atividades específicas desenvolvidas pelo titular do arquivo”²³; as séries temáticas “agrupam documentos relacionados a um determinado assunto ou tema, devendo ser ordenada alfabeticamente”²⁴; as séries geográficas “definidas a partir do local onde se desenvolve a ação descrita pelos documentos”²⁵; as séries cronológicas “constituídas por documentos de diversas espécies agrupados a partir do critério cronológico”²⁶. Por espécies de documentos, continuam existindo as séries correspondência, documentos pessoais, produção intelectual, recortes de jornais, diversos, esta última não referida na versão anterior, e a documentos complementares.

Após a definição da questão do arranjo, a ordenação interna das séries é tratada. Diferente da versão anterior, onde fica um pouco confusa a diferenciação entre o resumo de unidades documentais e dossiês, a versão de 1986 diz que as séries são organizadas internamente por dossiês. Estes passam a ser definidos como uma “unidade de arquivamento dentro das séries e/ou subséries, consiste em um grupo de documentos relativos a um tema, lugar, pessoa, evento ou ação”.²⁷ A ampliação da compreensão do dossiê é perceptível, na medida em que considera outras questões além do tema ou assunto para possibilitar a reunião de documentos. A compreensão do dossiê como “unidade de arquivamento” possibilita a descrição de um único documento como dossiê, esclarecendo a interpretação confusa do texto da versão de 1980. Adota-se, preferencialmente, a ordenação dos documentos a partir do critério cronológico, tanto em relação à ordem dos dossiês dentro das séries e subséries, quanto em relação à ordenação interna dos mesmos. A ordenação alfabética também pode, se necessário, ser utilizada, por exemplo, nos casos do critério geográfico ou temático.

²³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos em arquivos privados. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1986, 101p. p. 10.

²⁴ Ibid., p. 10.

²⁵ Ibid., p. 10.

²⁶ Ibid., p.10.

²⁷ Ibid., p.10.

A notação dos dossiês e documentos continua sendo chamada de código e não apresenta mudanças significativas em sua composição. O código permanece sendo colocado em todos os documentos do dossiê, inclusive nos anexos e cópias. A inclusão da possibilidade de ordenação alfabética criou a necessidade de determinar o formato do código, sendo este composto da sigla do arquivo seguida do nome do autor ou remetente, tendo abaixo as iniciais da série. Somente na série Produção Intelectual se registrava no código a data do documento, na ordem inversa (ano, mês e dia). No caso das séries geográficas ou temáticas, também ordenadas alfabeticamente, o código era formado pela sigla do arquivo, seguida de barra oblíqua e do tema ou local referente ao documento codificado.

Outra interessante mudança se dá no tópico denominado “Descrição: elaboração do inventário analítico”. A descrição aparece vinculada diretamente à criação de um instrumento de pesquisa específico. O objetivo era o de produzir o instrumento de pesquisa de maneira que fosse possível refletir, de forma inequívoca, o arranjo adotado. A elaboração do inventário analítico “consistia na descrição dos documentos e dossiês que integram as séries ou subséries determinadas no referido arranjo”.²⁸ Observamos novamente a presença da existência da descrição do documento e da descrição do dossiê, problema apontado também na versão anterior. O resumo dos documentos deveria refletir os assuntos abrangidos. Além disso, a versão de 1986 estabelece modelos de descrição dos dossiês em função da espécie e autoria dos documentos, por exemplo, no caso da descrição de um dossiê formado por correspondência entre duas ou três pessoas: “correspondência entre [...]”.²⁹ Uma ressalva é feita quanto à análise individual de um documento, caso que acontece com frequência na série Produção Intelectual. Neste caso, dever-se-ia preceder à descrição do conteúdo pelo nome do autor ou, no caso de correspondência, pelo remetente. O texto contempla, também, a disposição destas informações nas fichas-resumo. A utilização da descrição de documento a documento ainda era uma prática utilizada pelo CPDOC, na medida em que merece espaços específicos no texto da segunda versão, apesar de esta mais evidente a característica do dossiê como “unidade de arquivamento”.

O tratamento de informações como o local, o período de abrangência, a contagem de folhas e a determinação de anexos e cópias permaneceram sem grandes alterações. A maior mudança dentro do tratamento destas informações se deu na contagem de folhas. A partir desta versão, são contadas todas as folhas com informações, inclusive as capas e os anexos.

²⁸ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos em arquivos privados. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1986, 101p. p. 16.

²⁹ Ibid., p. 17.

As folhas das cópias eram contadas separadamente assim como as guias de transferência de documentos³⁰ e transcrições de documentos manuscritos.

Quanto aos anexos, a mudança se deu na criação do anexo ao dossiê composto pelos documentos que se relacionariam com o tema do dossiê, mas não se enquadraram no período cronológico do mesmo. Alguns anexos de documentos eram analisados individualmente e só deveriam ser resumidos quando o conteúdo merecesse destaque especial. As cópias passavam a ser mantidas somente quando se tratasse apenas de uma, sendo conservada junto ao documento. Destacamos estas questões mais técnicas, pois, especificamente nos casos apontados acima, as discussões e mudanças atingiram bastante a prática no dia-a-dia da organização dos arquivos. Os recortes de jornais continuaram a constituir uma série específica, organizada dentro de um modelo pré-determinado, descrito nesta versão.

O tratamento dos documentos visuais e sonoros (como são chamados na versão de 1986) atendia às mesmas questões iniciais de pesquisa sobre o titular, exame sumário da documentação e tratamento técnico específico. Cabe destacar a preocupação com a questão dos direitos autorais, que ganhava determinações específicas nesta versão. A reprodução e as utilizações de fontes obtidas em outras instituições não poderiam ser feitas e, quanto aos documentos doados ao CPDOC, o usuário seria obrigado a assinar um termo específico onde se obrigava a mencionar o crédito à Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. O arranjo permanecia sendo estabelecido por meio da espécie documental, compondo as séries fotografias, discos e filmes. Quanto à descrição e à indexação, utilizavam-se os métodos da biblioteconomia, baseados no Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2). Isso é justificado pelas seguintes razões:

- a) Os usuários dessas fontes se caracterizam por fazer demandas de unidades documentais isoladas do contexto de produção e acumulação que define um fundo arquivístico. Desse modo, a descrição individualizada e a indexação que permite o cruzamento de informações existentes nos diversos arquivos parecem ser mais adequadas à recuperação dessas espécies documentais.
- b) A utilização de procedimentos da biblioteconomia para a recuperação da informação dos documentos visuais e sonoros constitui uma tendência entre os arquivos, apesar de sua aplicação ser relativamente mais trabalhosa e onerosa (indexação e desdobramentos de fichas) do que um inventário que reflita exclusivamente a ordenação dos documentos nas séries do fundo. Seu emprego justifica-se não apenas por apresentar maior eficácia na recuperação, mas pelo fato de tais documentos representarem uma parte

³⁰ As guias de transferência são adotadas quando é necessária a retirada de algum documento, ou parte de documento, por motivos de preservação. Neste caso, transfere-se o documento para o lugar de guarda adequado deixando a guia de transferência com a indicação da localização final do documento, possibilitando a sua imediata recuperação da informação.

menos volumosa do que o conjunto de documentos textuais existentes nos arquivos.³¹

O texto acima demonstra que essa versão se preocupa também em justificar, com base na prática arquivística, algumas das decisões assumidas. A opção pelo uso do AACR2 se deu pela possibilidade de uma possível entrada do subsetor de audiovisual no Sistema Bibliodata/Calco, que estava sendo desenvolvido e implantado pela Fundação Getúlio Vargas naquele momento. Percebemos uma maior preocupação com a questão da preservação e da conservação deste tipo de documento, refletida na realização de reproduções de fotografias e negativos originais de documentos com problemas de conservação. Há um detalhamento quanto ao tratamento deste tipo de documentação, estabelecendo critérios de codificação, catalogação, descrição física, local, distribuidora e outras características mais específicas, de acordo com o suporte contemplado. Os documentos impressos permanecem sendo tratados pelas normas da biblioteconomia, utilizando-se o AACR2.

Os anexos são constituídos pelas planilhas e modelos de fichas e inventário. A inclusão da ficha técnica do arquivo (anexo II) merece destaque, pois possuía as características de descrição do fundo, contendo informações sobre o titular do arquivo, o doador do fundo, a data de sua doação, os pesquisadores que trabalharam em sua organização, o período coberto pelo arquivo e a data de abertura à consulta. É interessante observar que no exemplo dado (no caso desta versão, o Arquivo Castilho Cabral) encontramos a descrição das séries do arranjo e uma análise da documentação, além dos dados biográficos do titular. Diferentemente da primeira versão, a de 1986 inclui uma bibliografia, onde encontramos referências a textos baseados na produção arquivística do período, tais como textos de Theodore R. Schellenberg e Marilena Leite Paes.

A terceira versão é publicada em 1994 com o título “Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados”³². A justificativa para a publicação desta nova versão é feita na apresentação:

A presente edição encontra o Setor de Documentação num momento de transição de métodos manuais para métodos automatizados de tratamento e disseminação das informações de seu acervo. Todavia, a grave crise econômica que o país, e particularmente a Fundação Getúlio Vargas, atravessa tem provocado o adiamento da implantação do sistema projetado,

³¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos em arquivos privados. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1986, 101p. p. 29.

³² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados. 2 ed. Rio de Janeiro: 1994.

capaz de rastrear no acervo do Centro os assuntos desejados através do cruzamento das informações contidas nos instrumentos de busca já existentes, ou seja, nos inventários e catálogos. Apesar de não termos ainda definido o *software* que usaremos, temos procurado padronizar condutas que facilitem, no futuro, a alimentação das bases de dados que venham a ser implantadas.³³

A publicação após quase dez anos se dá, principalmente, pela entrada da tecnologia no âmbito da difusão da informação arquivística. A busca pela adoção de modelos e perspectivas que visam a posterior utilização dos instrumentos encontrados na criação de bases de dados mostra a atualidade do pensamento dos pesquisadores do Centro, preocupados desde a edição da segunda versão com a implementação da automatização do tratamento e da difusão destas informações. Destaca-se, para fins de conservação da documentação, a utilização da microfilmagem. A linha de acervo é reafirmada, dizendo que o CPDOC tem como objetivo “receber, organizar e preservar arquivos de homens públicos com atuação na vida política nacional do pós-1930, bem como investigar temas da história brasileira do mesmo período”.³⁴

Os procedimentos iniciais se encontram mais resumidos. Não encontramos uma definição específica do que se entende por arquivos privados pessoais, tal como estava presente nas versões anteriores. Recebem destaque o exame da documentação e a implementação de medidas de preservação. Importa assinalar a inclusão da explicação do instrumento legal de doação do arquivo do CPDOC, um contrato firmado entre a Fundação Getúlio Vargas e o doador do arquivo, que garantiria ao CPDOC os direitos de posse, divulgação e publicação dos documentos do seu acervo. O Centro comprometia-se a organizar, inventariar, catalogar e conservar os documentos doados. A divisão entre três subsetores foi mantida.

Observamos uma mudança na nomenclatura dos documentos. O que até então era chamado de documentos manuscritos e datilografados passa a ser denominado de documentos textuais não-impressos. Quanto à definição do arranjo percebemos algumas mudanças. Destacamos a definição de arranjo:

O arranjo deve levar em consideração a *ordem original* dos documentos, ou seja, a forma em que estavam dispostos ao serem doados, na medida em que tal procedimento pode elucidar questões relativas aos interesses, prioridades e sentidos conferidos pelo titular ao seu acervo. Não se deve confundir, contudo, a *ordem original* com

³³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL.

Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados. 2 ed. Rio de Janeiro: 1994. p. VII.

³⁴ Ibid., p. VII.

a *organização dos documentos* no arquivo. Se na maioria das vezes é possível apreender uma *certa lógica* de acumulação do material, também é certo que a quase totalidade dos arquivos chega ao CPDOC sem nenhuma organização. Em qualquer dos casos, no entanto, será tarefa do documentalista definir o arranjo do material, isto é, estabelecer uma estrutura dotada de uma *lógica de acesso* que permita e oriente o trabalho de pesquisa dos usuários.³⁵

Quanto ao arranjo, este permanecia sendo feito através de séries e subséries, “organizadas em *dossiês*, conjunto de documentos que se constituem em *unidades documentais* a serem descritas no *inventário*”³⁶. Nesta versão, percebemos uma espécie de consolidação de algumas definições. Nas duas versões anteriores, vemos uma extensa explicação destas definições, com justificativas longas. Entendemos isso como um processo de amadurecimento das concepções do Centro e como o estabelecimento de uma política de arranjo e descrição mais sistematizada e consolidada. As séries se dividem de maneira semelhante, porém a série cronológica da segunda versão passa a não ser mais considerada. Temos então os seguintes critérios para estabelecimento de séries: funcional que “agrupa documentos que dizem respeito às funções e/ou atividades específicas desenvolvidas pelo titular do arquivo”³⁷; temático que “agrupa documentos relacionados a um determinado assunto ou tema”³⁸; geográfico que “agrupa documentos por local (municípios, cidades, estados, regiões etc.)”³⁹; e tipológico que “agrupa documentos por (espécie) tipo”⁴⁰. Não encontramos mais um “modelo” de arranjo, apesar da indicação das séries tipológicas mais comuns como a série correspondência, a série documentos pessoais e a série produção intelectual. Destaca-se que geralmente os arranjos combinam séries, subséries e dossiês a partir de diferentes critérios. As propostas de arranjo parecem ganhar um formato mais livre do que o existente nas outras versões.

O anterior código, agora chamado de notação dos documentos, passa a ser colocado somente no canto superior direito da primeira página do primeiro documento de cada dossiê. Esta determinação é justificada em nota, dizendo que o objetivo era o de agilizar a organização de arquivos, pois, com a microfilmagem, a consulta aos documentos originais seria reduzida. Recomendava-se que nos arquivos consultados diretamente a partir dos originais fossem codificados todos os documentos. Esta proposta gerou alguns problemas

³⁵ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados. 2 ed. Rio de Janeiro: 1994. p. 2.

³⁶ Ibid., p. 2.

³⁷ Ibid., p.2.

³⁸ Ibid., p.3.

³⁹ Ibid., p.3.

⁴⁰ Ibid., p.3.

práticos, visto que a consulta aos documentos originais continuou sendo feita com frequência. Devido a esta questão, atualmente a notação é colocada em todos os documentos que compõem os dossiês⁴¹. O formato da notação permaneceu o mesmo das outras versões, tanto em relação à ordenação cronológica quanto em relação à ordenação alfabética.

A descrição para a elaboração do inventário permanece com as mesmas definições para a criação de resumos e datas-limites. Quanto à contagem de folhas houve algumas modificações. A partir da versão de 1994, seriam contadas todas as folhas com informações, inclusive as dos anexos, capas e eventuais cópias. Só seriam contadas separadamente as guias de transferência e as transcrições de documentos manuscritos. Na versão de 1986, as cópias também eram contadas de maneira separada.

Em relação à guarda de cópias observamos uma importante mudança. O CPDOC passa a ter como norma não guardar cópias, entendidas como documentos rigorosamente iguais em conteúdo, devolvendo-as ao doador ou procedendo, com a autorização do mesmo, ao descarte. As cópias só seriam guardadas quando auxiliassem na leitura do original e quando se tratasse de cópia datilografada de manuscrito. As guias de transferência continuavam a ser utilizadas da mesma maneira.

A inserção de um tópico somente sobre os descritores caracteriza uma contribuição essencial para a consolidação da metodologia do CPDOC. Para isso, foi desenvolvida uma *Linguagem controlada em História do Brasil e áreas afins* pelos pesquisadores do Centro. A indexação de assuntos – abrangendo pessoas, eventos, temas e instituições – passa a ser controlada.

Outra mudança importante se deu quanto à guarda de recortes de jornais. O CPDOC passa a não guardar mais tais recortes, a não ser nos casos onde se encontram informações sobre a produção intelectual do titular, informações biográficas sobre este e os recortes anexados originalmente a documentos, tratados como anexo. A justificativa para esta opção é a seguinte:

Durante 15 anos o CPDOC recebeu, organizou e conservou todos os recortes que os titulares dos arquivos haviam acumulado, dando-lhes tratamento similar àquele dado aos documentos manuscritos. Observamos, contudo que ao longo de todos aqueles anos a consulta aos recortes havia sido muito pequena, tendo sido utilizados mais para checar datas do que como fonte de pesquisa propriamente dita. Geralmente os estudiosos que utilizam as fontes hemerográficas para a pesquisa o fazem consultando os próprios jornais dos períodos que lhes interessam. Por essas razões, pelo

⁴¹ Devemos ressaltar que esta decisão decorreu da prática de organização e das consultas frequentes aos originais e que esta não está presente na última edição da metodologia.

fato de se tratar de documentos sem a principal característica dos documentos de arquivo, que é a unicidade, e ainda por problemas de espaço decorrentes do crescimento do acervo, alteramos radicalmente nossos procedimentos técnicos em relação a este tipo de documento.⁴²

Sendo assim, todos os recortes de jornais guardados e organizados até então, foram microfilmados e posteriormente devolvidos aos doadores, encaminhados a instituições que os desejassem ou simplesmente descartados.

Os documentos visuais e sonoros – acrescenta-se nesta versão o termo “audiovisuais” no título do ponto relativo a essa documentação – permanecem com os principais procedimentos. As séries por tipo documental foram mantidas, incluindo-se a série vídeos e a série fitas. A série fotografias passava a ser composta também por cartões-postais, imagens impressas, cartazes, negativos, diapositivos, desenhos, caricaturas e charges, devido ao caráter esparsos deste tipo de documento. A catalogação e a indexação permaneciam sendo feitas com base no AACR2. Nesta versão, abre-se a catalogação às adaptações necessárias visando atender as características particulares do acervo do CPDOC.

Em relação ao arranjo, mantém-se a ordenação cronológica das séries e a constituição de dossiês por eventos. A mudança ocorre quanto à utilização de subséries, que passam a ser criadas a partir de determinações temáticas, quando não pudessem ser organizadas a partir de um critério único. Esta é uma questão que merece atenção, pois irá gerar debates internos na prática de organização desta documentação.

Os documentos impressos continuam sendo tratados em consonância a métodos biblioteconômicos. Os anexos desta versão incluíam fichas e planilhas utilizadas pelo CPDOC, além da ficha técnica nos moldes da versão anterior, ocorrendo uma mudança no exemplo (passa a ser Arquivo Ernani do Amaral Peixoto).

A última versão publicada foi feita em 1998 e recebeu o nome de “Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC”.⁴³ Na realidade, não apresenta mudanças significativas, algo que fica evidente na apresentação desta versão:

A revisão que ora se apresenta foi necessária para corrigir alguns erros de impressão e certas imprecisões encontradas na última tiragem, que prejudicavam a clareza do manual, bem como para acompanhar as mudanças tecnológicas no campo da recuperação da informação,

⁴² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados. 2 ed. Rio de Janeiro: 1994. p. 14.

⁴³ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

notadamente nas etapas de descrição e notação dos documentos. Assim, esperamos possibilitar, num futuro próximo, o acesso informatizado aos itens documentais.⁴⁴

Observamos somente algumas mudanças na disposição do texto. A definição da linha de acervo se apresenta resumida, passando o Centro a ser “responsável pela guarda, tratamento e divulgação de um acervo composto por arquivos privados da elite política brasileira no período contemporâneo”.⁴⁵ Os três subsetores foram mantidos. Também não encontramos, como na versão de 1994, uma definição de arquivos privados pessoais. As definições das séries, subséries e dossiês foram mantidas. Porém, para exemplificar estas definições, são feitos três diagramas (dos arquivos Negrão de Lima, Juraci Magalhães e Benedito Valadares) divididos em níveis de descrição, aos quais voltaremos quando analisarmos a relação da metodologia de organização do CPDOC com as normas de descrição NOBRADE e ISAD (G), no próximo capítulo. Quanto à questão do arranjo, encontramos uma ressalva interessante: “Com relação às séries, sempre que possível, a sua disposição dentro do Arquivo deve espelhar a trajetória de vida do titular”.⁴⁶

Na parte relativa aos documentos visuais, sonoros e audiovisuais e aos documentos impressos não houve nenhuma alteração relevante. Nos anexos, a única modificação se deu pelo exemplo da ficha técnica, que passou a ser do Arquivo Ulisses Guimarães. A ausência de modificações consideráveis pode ser entendida como um indício da consolidação dos procedimentos do CPDOC, refletido na mudança de nome para metodologia, permitindo-nos considerar que a versão de 1998 sistematiza de maneira consolidada a metodologia de organização de arquivos pessoais no CPDOC.

Após quase dez anos, discute-se hoje a atualização da metodologia. Além das questões práticas do dia a dia da organização dos fundos que modificaram algumas posições – tais como a contagem de folhas, a notação, as práticas de arranjo interno dos fundos e o fim da fichas catalográficas - observamos uma modificação na disponibilização da informação organizada a partir do ano 2000, quando foi implementada a base de dados Accessus⁴⁷, importante fator de mudança na condução da organização dos arquivos pessoais do Centro. A

⁴⁴ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 9.

⁴⁵ Ibid., p. 9.

⁴⁶ Ibid., p. 19.

⁴⁷ A análise da implementação do sistema Accessus e de suas consequências para a prática da organização de arquivos e de sua consulta para o CPDOC não faz parte do nosso objeto.

defasagem de quase dez anos da metodologia faz com que o trabalho realizado via Accessus não esteja contemplado em sua última edição.

A implementação do sistema Accessus suscitou algumas questões, tais como a mudança na forma de consulta ao acervo. Passou-se a consultar um fundo a partir da busca informatizada de um assunto, por exemplo, o que leva a uma consulta extremamente pontual. A pesquisa mais específica começou a ser utilizada em detrimento da consulta ao inventário, onde o pesquisador tinha acesso ao conjunto da documentação. Esta é uma preocupação recorrente nas discussões internas do CPDOC.

Após a análise das diferentes versões da metodologia do CPDOC de organização de arquivos pessoais torna-se possível estabelecer as relações desenvolvidas entre o CPDOC e outras instituições no que diz respeito ao uso e adaptação da metodologia, e apontar as implicações que essas adaptações e críticas têm para o trabalho no acervo do Centro. Em seguida, trataremos do debate atual acerca da descrição e do arranjo deste tipo de arquivo, estabelecendo uma interlocução entre as normas ISAD(G), ISAAR (CPF) e NOBRADE e a metodologia do CPDOC.

4 Organização de arquivos pessoais: debates e atualidades

4.1 A difusão da metodologia do CPDOC: o debate em torno de sua aplicação e as atuais propostas de arranjo e descrição

Após a exposição da evolução da metodologia de organização de arquivos pessoais do CPDOC e de sua trajetória evolutiva trazemos para o debate autores que atuam na área da organização deste tipo de arquivo. De certa forma, há um consenso em torno do caráter pioneiro da publicação da metodologia do CPDOC. Por ser a única publicação onde fica estabelecido um conjunto de normas que refletem uma política institucional de arranjo e descrição e pelo fato de ter divulgado sua primeira versão em 1980, a metodologia do CPDOC foi adotada por diferentes instituições que possuem em seu acervo arquivos pessoais. Dentre elas, podemos destacar a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que a aplicou em arquivos pessoais que custodia, o Museu de Astronomia (MAST), a Academia Brasileira de Letras (ABL).

Tal como observado no capítulo anterior, o próprio CPDOC estava preocupado com o caráter interinstitucional dos debates em torno do tratamento de arquivos pessoais. Porém, a sua utilização em arquivos com características específicas suscitou algumas críticas gerando um debate interessante de ser apresentado. Desta forma, procuraremos ressaltar as principais idéias presentes neste debate, visando desenhar o quadro atual das discussões em torno das práticas de arranjo e a descrição de arquivos pessoais no Brasil.

O objetivo deste ponto do trabalho é o de relacionar as práticas do CPDOC e suas posições com as conseqüências da aplicação de sua metodologia em outras instituições. Além dos pontos levantados pela aplicação prática da metodologia, discutiremos as propostas de arranjo e descrição de arquivos privados pessoais desenvolvidos, principalmente, por Ana Maria de Almeida Camargo, professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) e também consultora do Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), que custodia o acervo do político de mesmo nome, duas vezes presidentes da República e político e intelectual importante no cenário nacional. Além de suas críticas, apresentaremos as idéias desenvolvidas por Paulo Roberto Elian dos Santos, pesquisador da Fiocruz e estudioso dos arquivos privados de cientistas, e André Porto Ancona Lopez, estudioso da questão da tipologia documental em arquivos de partidos e associações políticas.

Ana Maria de Almeida Camargo vem defendendo, ao longo de alguns anos, uma compreensão específica acerca da organização de arquivos privados pessoais. Em texto de 1988 sobre sua experiência na organização do arquivo pessoal de Plínio Salgado¹, depositado no Arquivo do Município de Rio Claro, a autora indica algumas de suas posições. A idéia de contextualização dos documentos é o eixo condutor de sua análise. As críticas quanto à ordenação original do arquivo também ficam evidentes. Sua proposta de descrição é assim apresentada:

No processo de remontagem da “estrutura” originária do arquivo pessoal (que para nós coincide com a identificação dos seus mecanismos de formação), ficam descartados os esquemas de ordenação a que foram submetidos os documentos por vontade de seu titular e de outros. O mito da ordem originária, que funciona às vezes como camisa-de-força, vem sendo sistematicamente discutido no âmbito dos arquivos públicos e privados e não deve resistir aos argumentos ligados aos valores secundários do acervo, que implicam um circuito menos fechado de usuários. Nada impede, no entanto, que a seriação estabelecida, sobretudo quando atende a razões tipológicas e leva em conta formato e acondicionamento – é o caso de fotografias, recortes de jornais, discos, medalhas e mesmo correspondência, para citar apenas alguns exemplos – seja mantida a nível de disposição física do acervo. O instrumento descritivo é que vai desfragmentar as séries, dispondo-as de acordo com o contexto em que foram produzidas, num procedimento bastante semelhante ao da criação de dossiês (uma das modalidades típicas, aliás, dos arquivos pessoais). [...] nessa proposta de descrição os documentos são devolvidos, de modo natural, aos conjuntos de que fazem parte, podendo ser nomeados a partir de critérios predominantemente tipológicos.²

Camargo privilegia em sua proposta de arranjo a busca pelo contexto da documentação a partir da restituição dos documentos, seja qual for o seu tipo, ao seu contexto de origem. Desta forma, toda a documentação relacionada a um determinado tema deveria ser reunida em uma mesma descrição, terminando por contextualizar a documentação. Vemos nesta proposta uma concepção diferente da produzida pelo CPDOC, onde há uma preocupação com a ordenação original dos documentos. Luciana Heyman, em estudo sobre arquivos pessoais - mais especificamente sobre o arquivo Filinto Muller³ - trata da questão da

¹ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. ARQUIVO: boletim histórico e informativo. São Paulo, v.9, n.1, p.21-24, jan./jun. 1988.

² Idem. p. 23-24.

³ HEYMAN, Luciana. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Müller. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 19, p. (ver), 1997.

ordenação original, entendendo a existência desta como um processo consciente de acumulação:

A produção de documentos não é, assim, o que importa, mas a acumulação que deu origem ao conjunto. É nesse sentido que se pode compreender o "princípio de respeito aos fundos" ou "princípio da proveniência sob o ponto de vista externo" (Duranti, 1994), uma das orientações básicas do trabalho arquivístico. Ele preconiza que a documentação acumulada por determinada instância, seja ela uma pessoa física ou uma instituição, pública ou privada, deve ser mantida coesa, respeitando-se a individualidade do conjunto, sem misturá-lo a documentos de outras origens, na medida em que tem uma singularidade orgânica que lhe confere sentido, por refletir atividades, dinâmica e critérios da instância responsável pela acumulação. É esta característica do conjunto documental que também nos permite compreendê-lo como expressão de uma "lógica" particular, que orienta o que é retido/guardado e a forma como se apresenta o conjunto gerado. Essa lógica é objeto de uma outra norma arquivística expressa no "princípio do respeito à ordem original" ou "princípio da proveniência sob o ponto de vista interno" (Duranti, 1994)⁴.

Entretanto, Luciana Heyman reconhece que isso não é suficiente:

[o princípio da proveniência sob o ponto de vista interno] determina que os arquivos (no sentido de material doado a ou recolhido por instituições arquivísticas) conservem a ordenação estabelecida no órgão de origem. Formulada para o tratamento dos fundos públicos (e, por extensão, dos institucionais privados), esta regra pode nortear também a abordagem dos conjuntos documentais pessoais. Neste caso, uma adaptação sugeriria que se mantivesse ou, no mínimo, se atentasse para a ordem que lhes foi conferida pelo titular, como indicam Vianna et alii (1986:68) ao apontar para uma relação em que os documentos estariam como que orbitando em torno de seu centro de gravidade, que é quem os acumulou. Segundo esses autores, se o princípio de proveniência determina que os documentos não devem ser afastados do seu centro gravitacional, o *modo de acumular* é que lhes confere sentido: "Desaperceber-se do modo de acumulação pode implicar no remanejamento das órbitas, por conseguinte em construir relações outras, com a implosão do sentido original" (Vianna et alii, 1986)⁵.

É importante destacar que Heyman faz uma ressalva dizendo que, apesar destas percepções serem necessárias, deve-se tomar cuidado para não realizar uma associação pura e simples destes elementos, pois nem sempre há uma equivalência entre história de vida e arquivo pessoal. Outro equívoco estaria em compreender esta relação como a "memória" em estado bruto do indivíduo que o acumulou⁶. Esta citação, apesar de extensa, demonstra bem o

⁴ HEYMAN, Luciana. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Müller. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 19, p. 43, 1997.

⁵ Ibid., p. 43.

⁶ Ibid., p. 43-44.

contraponto gerado pela percepção de Ana Maria Almeida Camargo em relação à compreensão do sentido da produção documental, o que influencia diretamente a construção de propostas de arranjo.

Em livro publicado em 2007⁷, Camargo reproduz suas percepções de maneira mais sistematizada, a partir da experiência de organização dos arquivos pessoais de Fernando Henrique Cardoso e Ruth Cardoso, depositados no Instituto Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo. Neste livro, Camargo sistematiza e problematiza melhor suas propostas. Encontramos um texto mais elaborado, com justificativas consolidadas. Em relação à contextualização da documentação, Camargo diz:

Contexto e conteúdo, afinal, são mutuamente dependentes, assertiva guindada à condição de princípio quando se postula que o próprio conteúdo de um documento pode ser parcialmente compreendido à luz de seu contexto de produção. O arquivista opera [...] numa espécie de circuito fechado, preocupado (o que não é pouco) com a identificação do nexo entre o documento e a atividade por ele viabilizada ou comprovada. Seu objeto de pesquisa, a instrumentalidade, tem por corolário a manutenção dos dispositivos que possam garantir, ao longo do tempo, o sentido unívoco desse nexo e a capacidade de especular dos documentos em relação ao órgão de origem⁸.

A partir destes pressupostos teóricos, Camargo discorre sobre as opções metodológicas. Por ser diferente da opção do CPDOC, consideramos importante analisar sua perspectiva, a fim de enriquecer o debate. Vale mencionar que o arquivo que Camargo está tratando ainda se encontra aberto e possui características específicas. Não pretendemos fazer aqui uma comparação entre os métodos, mas sim mostrar a opção que vem sendo utilizada inclusive por outras instituições, fato que veremos mais adiante.

Camargo aponta a existência de dois tipos de serviços no Instituto Fernando Henrique Cardoso, o de biblioteca e o de arquivo. Em relação ao tratamento dos livros, o procedimento descritivo teve por objetivo compatibilizar tanto a abordagem biblioteconômica quanto a arquivística. Utilizam para o tratamento de livros a Classificação Decimal Universal (CDU) que, segundo Camargo, não deixa de contextualizar os documentos como representativos das referidas áreas de interesse. Os artefatos são submetidos às operações de contextualização que

⁷ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p. Edição bilíngüe: português-ínglês.

⁸ Ibid., p.50.

se aplicam aos documentos de arquivo. São entendidos como parte do arquivo, ao lado dos outros gêneros documentais.

No arquivo, as operações de classificação e disposição física dos documentos são dissociadas. De um lado tem-se a configuração lógica, determinando como os documentos devem ser classificados de modo a preservar a sua organicidade (sua capacidade de refletir funções e atividades da pessoa que lhes deu origem)⁹, permitindo a consulta. A classificação “recai sobre as unidades de descrição, ou seja, sobre os documentos (como entidades singulares ou coletivas) cuja individualidade se pretende recuperar a partir do contexto em que foram acumulados.”¹⁰ A configuração material determina como os documentos devem ser acondicionados e armazenados. Merece destaque a definição em relação à organização lógica, pois resume bem o pensamento de Camargo:

A organização lógica do acervo, na área de arquivo, é norteadada pela funcionalidade, isto é, pela identificação do elo entre os documentos e as atividades que lhes deram origem, de modo a garantir que, individual ou coletivamente, os diferentes itens que o integram possam evocar ou representar, de modo inequívoco, as circunstâncias e o contexto que justificaram sua acumulação e guarda¹¹.

A unidade de descrição considera o documento singular, qualquer que seja seu conteúdo, suporte, forma ou formato. A exceção a esta regra se dá pela descrição de documentos anexados a outros e conjuntos formados por um mesmo episódio. Somente em casos especiais utiliza-se o dossiê como unidade. Os documentos são logicamente aproximados ou agrupados por meio de instrumento descritivo. As unidades de descrição levam em conta o gênero documental. Para efeitos descritivos, ficou estabelecida uma divisão quanto ao gênero e quanto à linguagem básica predominante (por exemplo, documentação textual – gênero –; palavra escrita/texto – linguagem básica predominante). São utilizadas o que a autora denomina de quatro grandes seções descritivas: “identificação (seção destinada ao registro das configurações formais dos documentos)”¹²; “contexto (seção destinada ao registro das circunstâncias de origem dos documentos, seja em termos genéricos (tipos de eventos ou áreas de interesse), seja em termos pontuais”¹³; “notação (seção destinada ao

⁹ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p. Edição bilíngüe: português-inglês. p.59.

¹⁰ Ibid., p. 59.

¹¹ Ibid., p. 60.

¹² Ibid., p.63.

¹³ Ibid., p.63.

registro dos códigos de endereçamento que permitem localizar os documentos no acervo)”¹⁴; e “informações complementares (seção destinada ao registro de informações relativas a condições de acesso, estado de conservação, valor e outras características dos documentos)”¹⁵. A autora não concorda com a descrição multinível proposta pelas normas de descrição arquivística:

A primazia do contexto não passou despercebida aos críticos das normas que, inspiradas em sistemas biblioteconômicos, como a ISAD(G), privilegiaram a descrição dos documentos a partir do fundo e de suas divisões hierarquizadas, **usando o modelo estático e rígido que vai do topo à base.**¹⁶

Aparentemente, Camargo não trabalha com séries (ou grupos, como costuma chamar). Acreditamos que isto se dá pelo fato de que o arquivo se encontra em aberto, ou seja o titular, vivo, continua produzindo e acumulando documentos, caracterizando a dificuldade na determinação de séries. A autora admite que “as sucessivas dimensões do processo de contextualização dos documentos poderão ser contempladas, futuramente, pelos grupos e subgrupos que venham a ser construídos a partir dos elementos que compõem a cronologia do titular”¹⁷. Outro elemento considerado por Camargo como de essencial importância é a identificação da espécie ou do tipo do documento, sendo a sua denominação considerada uma das operações mais importantes da arquivística. A notação é composta pela unidade de arquivamento onde o documento se encontra armazenado. O banco de dados que está sendo implementado admite a busca pontual, rastreando documentos relacionados com uma individualidade (pessoa, evento, lugar, e etc.). A recuperação da informação organizada aparece de forma semelhante ao sistema Accessus do CPDOC, apesar da adoção de formas diferentes de arranjo e descrição. Ao final a autora faz um interessante glossário com a definição de documentos e um de tipos de eventos.

A proposta de Camargo, baseada na contextualização da documentação, serve como base para as visões de Paulo Roberto Elian dos Santos e André Porto Ancona Lopez. Os dois autores fizeram pós-graduação na Universidade de São Paulo. Lopez foi orientado, em sua dissertação de mestrado, por Ana Maria de Almeida Camargo e Santos, também em sua

¹⁴ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p. Edição bilíngüe: português-inglês. p.63.

¹⁵ Ibid., p.63.

¹⁶ Ibid., p.44. Grifo nosso.

¹⁷ Ibid., p. 65.

dissertação de mestrado, por Heloísa Liberalli Bellotto. Ambos trabalham com a perspectiva de contextualização da documentação e com o privilégio da descrição a partir da determinação do gênero e da tipologia documental.

Santos tem como objetivo discutir os padrões de constituição e os procedimentos de organização de arquivos pessoais de cientistas, além de propor uma nova abordagem (baseada nas considerações de Camargo). Para realizar este trabalho, Santos desenvolve um método de análise que envolve um debate metodológico sobre a organização de arquivos de cientistas e sua relação com a atividade científica do titular do arquivo. O autor expõe os pressupostos teóricos de sua interpretação de maneira bastante interessante, relacionando a Sociologia e a Arquivística.

Sua hipótese de trabalho se desenvolve a partir daí, defendendo a idéia de que a atividade do cientista, independente de sua inserção institucional, se enquadra na perspectiva de uma carreira, trabalhando com a sua posição dentro desta em cada momento. Com isso ele chega ao Quadro de Funções do Cientista, que pretende ser um primeiro nível de classificação dos documentos de um arquivo.

Quanto às questões metodológicas o autor destaca a utilização de um “modelo único” no que diz respeito à organização de arquivos pessoais, baseado exclusivamente na experiência da Metodologia de Organização do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Para Santos, a tarefa de conceber e implantar soluções foi aos poucos assumida pelo Centro, devido às poucas reflexões acerca desta temática. Destaca que o CPDOC tornou-se referência para outras instituições do país. No entanto, assim apresenta sua crítica em relação à metodologia:

A sedimentação de esquemas de classificação – predominantemente não funcionais – baseados em diferentes critérios de formação de séries, a insistência em um processo de arranjo e descrição que molda determinadas “chaves de entrada”, como as séries *Produção Intelectual* e *Correspondência*, por exemplo, “divorcia” documentos textuais e documentos fotográficos ou audiovisuais; e fragmenta e descontextualiza os documentos de seu *lôcus* orgânico de produção e acumulação. Tais procedimentos são exemplos de alguns dos problemas identificáveis no referido modelo. Sem ter em momento algum se proposto à missão de refletir teoricamente sobre o tema dos arquivos pessoais, ao assumir o papel de instituição de referência nacional o CPDOC trilhou, juntamente com aqueles que buscavam o “relato da experiência”, o caminho da reprodução permanente de um saber/fazer arquivístico, baseado, sobretudo, nas práticas empíricas de organização e destituído de qualquer status científico.¹⁸

¹⁸ SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. p. 36.

Partindo para a análise específica da problemática dos arquivos de cientistas o autor coloca questões em dois níveis. O primeiro diz respeito a questões gerais da arquivística,

[...] como o ‘respeito aos fundos’, através da identificação precisa da procedência dos documentos e do levantamento de informações sobre a história custodial do acervo, que sejam significativas para sua integridade e interpretação. Um segundo nível está vinculado a perguntas que devem levá-lo a conhecer de forma cumulativa essa atividade humana (a ciência), a instituição ou a pessoa que acumulou este arquivo.¹⁹

Após discorrer sobre as propostas e modelos, o autor põe em prática, por meio da explicação do que denominou Quadro de Funções do Cientista, baseando-se nas questões, conceitos e categorias delineadas anteriormente. O autor opta por uma classificação que retrate as funções e atividades reais do cientista, o que viabilizaria a contextualização da produção documental. Para isso, faz uma série de críticas ao arranjo original do Arquivo Rostan Soares – onde foi utilizada a metodologia de organização de arquivos pessoais do CPDOC -, dividido em séries. Questiona a combinação de critérios temáticos, tipológicos e funcionais, a dispersão da documentação dividida em séries resultantes da mesma função ou atividade, o levantamento biográfico, que pouco fundamenta a estrutura do quadro de arranjo e dificulta a compreensão do conjunto documental, a formação de dossiês, que confere elementos de artificialidade à reunião de documentos e a separação do tratamento de documentos textuais e não-textuais, dizendo que isto serve à descontextualização e ao rompimento da relação orgânica com o restante do fundo de arquivo.

Em seguida, após colocar os problemas, o autor diz que estes só seriam superados com a adoção de um método de classificação funcional para os arquivos pessoais, desenvolvendo desta forma sua hipótese de trabalho. Defende que o sistema de classificação dos documentos deve ter um único critério no estabelecimento dos elementos de classificação, sendo este o das funções.

O método funcional irá exigir um profundo conhecimento da administração ou da pessoa produtora do fundo. Para isso, propõe algumas repostas para as questões apresentadas, sendo estas: o exame aprofundado da proveniência dos documentos; levantamento e sistematização de informações sobre a vida e a obra do titular, buscando o estabelecimento de áreas, funções e atividades; a elaboração de uma biografia; um exame sumário da

¹⁹ SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A arquivística e os arquivos pessoais de cientistas. 2007. p.5.

documentação; a leitura permanente da bibliografia de apoio no campo do conhecimento pertinente ao arquivo; a construção e utilização de um Glossário de Espécies e Tipos Documentais. A biografia confeccionada e o reconhecimento preliminar do acervo devem servir como elemento básico para a elaboração do Plano de Classificação.

Ao final do texto ele destaca novamente que esta proposta é própria para arquivos pessoais de cientistas, em função de sua natureza e uso social. E reafirma a sua defesa na aplicação do método de classificação funcional para os arquivos pessoais.

Podemos observar que as propostas de Santos diferem um pouco do que fora desenvolvido por Camargo, na medida em que privilegia o caráter funcional da organização de arquivos pessoais. André Porto Ancona Lopez desenvolve uma proposta de tratamento organizacional para a produção documental de partidos e associações políticas brasileiras recentes. Tal como os demais autores, Lopez²⁰ ressalta a escassez de trabalhos produzidos em relação à formulação de procedimentos e critica a ampla adoção da metodologia do CPDOC:

A arquivística brasileira tem dado pouco relevo à formulação de procedimentos de arranjo e descrição de arquivos de natureza privada, atendo-se quase que exclusivamente às orientações do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), formuladas especialmente para arquivos pessoais de elites políticas. Essas orientações, apesar de sua difícil aplicação a outras modalidades de arquivos privados, vêm sendo insistentemente utilizadas como modelo e referência por diversas instituições²¹.

Sua proposta se baseia no estabelecimento de uma tipologia documental própria para partidos e associações políticas. Lopez critica a generalização de procedimentos técnicos para a organização de arquivos pessoais, pois estas tendem a desconsiderar as particularidades de cada modalidade de acervo, comprometendo a contextualização dos documentos. O arranjo por método estrutural, ou a transposição de propostas de outras modalidades de arquivos privados, não possibilita, nos arquivos que analisa, o resgate das funções e atividades desenvolvidas.

Lopez propõe o estabelecimento de séries tipológicas como uma solução viável para a organização dos arquivos em questão. A concordância com as percepções de Camargo aparece quando fala da determinação da tipologia que irá apresentar: “A proposta de tipologia aqui apresentada é fundamental para que seja possível pensar em organização documental

²⁰ ANCONA LOPEZ, André Porto. **Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

²¹ Ibid., p. 17.

contextualizada.”²² Tal proposta é apresentada em duas partes: um quadro de funções de partidos e associações políticas complexas, hierarquizado por níveis de atuação e uma relação de fundos e espécies documentais encontradas. Seu objetivo não é o de construir uma camisa-de-força para a organização deste tipo de arquivo, mas divulgar sugestões operacionais. Resume em poucas linhas sua pesquisa:

A pesquisa evidenciou a necessidade premente de um instrumento capaz de permitir um programa descritivo racional, baseado nas funções geradoras dos documentos, tomando como unidade mínima os conjuntos documentais, em vez de peças individualizadas. [...] O estabelecimento de tipologias documentais impõe-se, portanto, como uma necessidade premente para a organização arquivística, a cuja discussão os especialistas não podem se furtar.²³

Diante da apresentação deste debate podemos desenvolver algumas considerações. A primeira questão com a qual concordamos é o fato de que a documentação de arquivos privados – sejam eles pessoais ou não – não pode ser compreendida como um bloco monolítico. A dinâmica interna e o processo de acumulação muda de acordo com a natureza de tais arquivos. As críticas suscitadas pelo uso da metodologia do CPDOC devem ser ponderadas, tal como a proposta de Lopez, na medida em que sua aplicação por outras instituições não pode ser feita através de uma transposição, acarretando em um modelo específico de arranjo. Este modelo, que atualmente possui características evolutivas (tal como a entrada da tecnologia na recuperação da informação), foi desenvolvido para o tipo de arquivo pessoal existente no CPDOC e possui pontos que devem ser discutidos. Longe de apresentar um exemplo perfeito, ou melhor do que os propostos, as práticas de arranjo e descrição do Centro têm funcionado de maneira razoável. As críticas e as possíveis utilizações dos elementos destacados neste debate serão desenvolvidas mais à frente.

O nosso objetivo foi expor as diferentes percepções desenvolvidas com relação à organização de arquivos pessoais. Em seguida, traremos para o debate as normas de descrição arquivística NOBRADE, ISAD (G) e ISAAR (CPF) a fim de demonstrar a relação destas com a metodologia aplicada atualmente no CPDOC.

²² ANCONA LOPEZ, André Porto. Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 18.

²³ Ibid., p. 21.

4.2 As normas de descrição nacionais e internacionais e a metodologia do CPDOC

Dentro da discussão acerca da metodologia do CPDOC achamos interessante trazer para o debate um tema bastante atual nos estudos sobre Arquivologia. Trataremos neste ponto a questão das normas de descrição arquivística nacionais e internacionais, sendo elas a NOBRADE²⁴, a norma brasileira de descrição arquivística, a ISAD (G)²⁵, a norma geral internacional de descrição arquivística, e a ISAAR (CPF)²⁶, a norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias, relacionando estas à metodologia do CPDOC no que diz respeito às disposições acerca da descrição arquivística praticada pelo Centro.

Cabe ressaltar que a última edição da metodologia, no ano de 1998, não trata da primeira versão da ISAD (G) – publicada em 1994 – ainda que tenha sido feita apenas dois anos antes da publicação da segunda edição. A primeira edição da ISAAR (CPF) foi feita em 1996 e também não é mencionada na metodologia do CPDOC; sua segunda edição foi feita no ano de 2004. Encontramos na apresentação da NOBRADE uma possível explicação para esta questão:

A ISAD(G) não era conhecida no Brasil. Não havia sido impressa aqui e a única tradução em português era aquela publicada nos Cadernos BAD, da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, com pequena circulação em nosso país. A necessidade de participar do processo de revisão impunha, então, como primeira providência, traduzir a norma e divulgá-la o mais amplamente possível. O Arquivo Nacional assumiu essa tarefa e no início de 1998 publicou a primeira edição brasileira das normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF), gratuitamente distribuídas no país, além de aproveitar oportunidades e de promover eventos para discuti-las, sobretudo a ISAD(G), cuja revisão internacional se iniciava.²⁷

²⁴ Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

²⁵ ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Publicações Técnicas; nº 49)

²⁶ ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. (Publicações Técnicas; nº 50)

²⁷ Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 8

A NOBRADE – que é a norma brasileira de descrição arquivística, baseada na ISAD(G)²⁸ – teve sua primeira edição somente no ano de 2006, portanto, bastante tempo após a última edição da metodologia.

Em sua introdução, a norma ISAD (G) estabelece alguns pontos, dentre os quais destacamos os mais gerais:

I.1 Esta norma estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação. **I.2** O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. [...] **I.4** Esta norma contém regras gerais para descrição arquivística que podem ser aplicadas independentemente da forma ou do suporte dos documentos. [...] **I.7** Normas de descrição arquivística são baseadas em princípios teóricos aceitos. Por exemplo, o princípio de que a descrição arquivística procede do geral para o particular é uma consequência prática do princípio do *respeito aos fundos*. Este princípio deve ser claramente enunciado caso se deseje construir uma estrutura de aplicação geral e um sistema de descrição arquivística, manual ou automático, não dependente de instrumentos de pesquisa de nenhum arquivo específico.²⁹

A ISAD(G) deve ser entendida como uma proposta de descrição, adaptada às normas nacionais e conjugada com os manuais existentes que dispõem sobre a organização de arquivos. A idéia é propor um formato de descrição multinível, do geral para o particular, sem nenhuma implicação obrigatória no formato dos instrumentos de pesquisa produzidos. Os elementos de descrição são divididos em áreas. A área de identificação deve conter o(s) código(s) de referência, o título, a(s) data(s), o nível de descrição e a dimensão e o suporte. A área de contextualização deve incluir o(s) nome(s) do(s) produtor(es), a história administrativa/biografia, a história arquivística e a procedência. A área de conteúdo e estrutura é composta por informações sobre âmbito e conteúdo, avaliação, eliminação e temporalidade, incorporações e sistema de arranjo. A área de condições de acesso e uso deve possuir informações sobre condições de acesso, condições de reprodução, idioma, características físicas e requisitos técnicos e instrumentos de pesquisa. A área de fontes relacionadas deve dispor sobre a existência e localização dos originais, a existência e a localização de cópias, unidades de descrição relacionadas e nota sobre publicação. Na área de

²⁸ É importante destacar que a NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD (G) e ISAAR (CPF) e sim uma norma pensada para atender as necessidades dos arquivos brasileiros.

²⁹ ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Publicações Técnicas; nº 49). p. 1-2.

notas são incluídas informações que não puderem ser incluídas nas outras áreas e a área de controle da descrição prevê a inclusão da nota do arquivista, das regras ou convenções utilizadas e a(s) data(s) da(s) descrição(ões).

Nos apêndices encontramos uma hierarquia dos níveis de descrição, dispostos na seguinte ordem: fundo, seção, série, subsérie, dossiê/processo e item documental. Encontramos também exemplos completos de descrição segundo a proposta definida.

Em 2006 foi editada a norma nacional de descrição arquivística, a NOBRADE, assim apresentada:

A NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF), que já existem e estão publicadas. Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional. Esta norma deve ser intensamente divulgada no âmbito das instituições arquivísticas e nos eventos ligados aos profissionais da área, de modo a possibilitar o seu aperfeiçoamento. [...] Assim como as normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF) demandam normas nacionais, a norma brasileira advoga a padronização de procedimentos em sistemas de arquivos e/ou em entidades custodiadoras. Da mesma maneira que aquelas normas internacionais, a NOBRADE não preceitua formatos de entrada ou saída de dados em sistemas de descrição automatizados ou manuais. Tem por objetivo estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. Cabe a cada entidade custodiadora e a seus profissionais a decisão acerca dos recursos utilizados para a descrição, bem como o formato final de seus instrumentos de pesquisa, sendo apenas imprescindível a presença dos elementos de descrição obrigatórios.³⁰

A norma brasileira entende que a descrição deve ser multinível, assim como preconiza a ISAD(G), partindo do geral para o particular. Encontramos diferenças na definição destes níveis em relação à norma internacional. Na NOBRADE os níveis foram definidos: “acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5)”³¹. As áreas definidas são semelhantes à ISAD(G), porém com a inclusão de uma nova, a área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde são registrados termos

³⁰ Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 9-10.

³¹ Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 11.

selecionados para localização e recuperação de unidades de descrição. Ambas as normas possuem um glossário com definições dos termos utilizados.

A outra norma de descrição que iremos destacar é a ISAAR(CPF). Em seu texto encontramos suas principais definições:

Esta norma dá diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos. [...] Esta norma pretende apoiar o compartilhamento de registros de autoridade arquivística ao promover a preparação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas de entidades coletivas, pessoas e famílias que produzem documentos. Espera-se que seja usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para o desenvolvimento destas.³²

São quatro as áreas de informação: de identificação, que visa identificar a entidade que está sendo descrita, de descrição, onde se registra informações sobre a natureza, o contexto e atividades da entidade que está sendo descrita, a de relacionamentos, que registra as relações com outras entidades coletivas, pessoas e/ou famílias, e a de controle, onde o registro de autoridade é especificamente identificado e é registrada a informação sobre como, quando e por qual instituição foi criado e é mantido. Os elementos essenciais que a regra dispõe são: tipo de entidade (se é coletiva, pessoa ou família), forma(s) autorizada(s) do nome, datas de existência e identificador do registro de autoridade.

Este breve resumo acerca das principais definições das normas de descrição arquivística teve como objetivo contextualizar a relação entre estas e a metodologia do CPDOC. Apesar de não tratar em sua última versão de normas como a ISAD(G), observamos que a política de descrição do CPDOC atende às propostas destacadas acima.

Passamos agora para a relação das normas com a metodologia do CPDOC. A idéia é mostrar como a metodologia desenvolvida para a organização de arquivos privados pessoais no CPDOC pode se adequar às normas. Vale lembrar que, na NOBRADE, o fundo João Goulart, depositado no CPDOC, serve de exemplo em diferentes níveis de descrição³³.

O CPDOC, de acordo com a terminologia da NOBRADE, possui como o último nível de descrição o nível 4, relativo a dossiês ou processos. A descrição de nível 2 (segundo a NOBRADE), dos fundos, pode ser observada nas próprias versões da metodologia de

³² ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. (Publicações Técnicas; nº 50). p. 11.

³³ O exemplo do fundo João Goulart pode ser encontrado em: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 64-71.

organização do CPDOC quando descrevem, na ficha técnica do fundo, os seguintes elementos: o nome do fundo (que corresponde ao título na NOBRADE e na ISAD(G)), a sigla (que corresponde ao código de referência nas normas), o doador e a data de doação (que entram nas normas no elemento procedência), os pesquisadores responsáveis e estagiários (informações previstas na nota do arquivista, na área de controle da descrição), o período coberto pelo arquivo (que corresponde à data nas normas), a espécie e a quantidade de documentos (que equivale ao elemento dimensão e suporte). O CPDOC conta os documentos textuais em unidades documentais, porém essa prática é perfeitamente possível de ser transformadas em consonância à proposta da norma, que é a de, até a subsérie, dimensionar documentos textuais em metros, permitindo a equivalência dessa grandeza com outras formas de mensuração/dimensionamento. Encontramos informações sobre os dados biográficos, que correspondem ao ponto relativo à história administrativa ou biografia e sobre a organização adotada, onde é feita uma análise da documentação, demonstrado o arranjo feito, o que se aplica aos pontos âmbito e conteúdo e sistema de arranjo das normas.

As demais informações solicitadas pelas normas que não constam no guia de fundos do CPDOC são perfeitamente recuperáveis. Informações sobre a existência de reproduções, a data da descrição, os pontos de acesso e indexação de assuntos, as notas sobre publicações, as condições de acesso e procedência já se encontram presentes no sistema Accessus³⁴. É importante ressaltar que no sistema Accessus existe uma planilha específica de descrição de fundos onde elementos como a data da doação, o doador, a data da liberação para consulta, a quantidade de documentos, a localização física, a equipe organizadora, o histórico do acervo e a análise do conteúdo que constituem campos a serem preenchidos. A área de pontos de acesso e indexação de assuntos pode ser recuperada pelo sistema Accessus que possui um controle de descritores, sendo possível recuperar todos àqueles que foram utilizados na indexação do fundo como um todo ou em suas partes (a série, a subsérie e o dossiê).

Os maiores problemas relacionam-se à descrição do nível 3 (série) e do nível 3,5 (subsérie). O CPDOC não tem uma tradição de descrever séries ou subséries, embora atualmente, ao se descrever o conteúdo do fundo e se listar as séries existentes, exista a preocupação de caracterizá-las. A implementação de planilhas específicas para a descrição destes níveis é, entretanto, relativamente fácil, embora caiba observar que nem a ISAD(G)

³⁴ As menções ao sistema Accessus neste ponto são inevitáveis, pois atualmente o CPDOC se utiliza exclusivamente das planilhas deste para o preenchimento destas informações. Em uma possível revisão da metodologia isto deve entrar como ponto principal de mudança, assim como as perspectivas desenvolvidas pelas normas. Cabe ressaltar que o sistema foi desenvolvido a partir da metodologia, contendo todos os elementos que ela propõe.

nem a NOBRADE determinem a existência de séries e subséries. Tratar-se-ia mais de uma questão de coerência, uma vez que o arranjo no CPDOC sempre se fez criando séries e, portanto, seria oportuno oferecer uma descrição delas. Nos últimos arquivos que vêm sendo organizados a preocupação com a descrição destes níveis aumenta sendo esta uma discussão interna bastante relevante. A comprovação da possibilidade de adequação da descrição destes níveis às propostas da NOBRADE está no próprio exemplo do fundo João Goulart presente nesta. Não há problemas com relação ao nível 4, dossiês, pois a descrição costumeiramente realizada na instituição atende aos requisitos principais de descrição dispostos na NOBRADE e na ISAD(G).

A metodologia do CPDOC, a partir de sua terceira versão, fornece um exemplo de arranjo com um diagrama que indica o fundo, as séries e subséries e alguns dossiês. É interessante observar a disposição deste exemplo, pois é bastante semelhante às propostas das normas.

Outro ponto interessante é a linguagem controlada desenvolvida pelo CPDOC que pode ser relacionada com a ISAAR (CPF). Ainda que o CPDOC não possua uma regra publicada sobre controle dos nomes³⁵ presentes na descrição dos arquivos pessoais, essa preocupação foi incorporada pela base de dados Accessus, prosseguindo a tradição institucional que já nos procedimentos de 1986 determinava o uso do AACR2 para isso. É fato, porém, que a preocupação com os nomes de entidades não chega a constituir um registro de autoridade arquivística, como preconizado pela norma ISAAR(CPF). Há uma preocupação constante com a forma de determinar a entrada dos nomes fazendo-se, geralmente, a pesquisa nas formas de entrada usadas no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)³⁶, publicado pelo Centro. Nele encontramos, além da biografia de grande parte dos nomes que aparecem na documentação, as maneiras como estes devem ser escritos e a forma mais utilizada. Dessa maneira, tendo em vista que as entidades presentes no DHBB são do mesmo contexto histórico que a maior parte dos arquivos custodiados pelo Centro, essa obra já configura um catálogo de registros de autoridade arquivística, com muitas das preocupações presentes na norma ISAAR(CPF). Isso não significa, entretanto, que alguns elementos de informação não pudessem estar mais explícitos ou até mesmo fossem incluídos. O fato dos verbetes do DHBB serem em forma narrativa não estruturada, produzidos por diversos

³⁵ Nomes de entidades coletivas, pessoa ou família.

³⁶ ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5v.

autores, determina que as informações estejam, às vezes, espalhadas e de formas ligeiramente diversas, de entidade para entidade.

5 Conclusão

No capítulo I desenvolvemos as perspectivas acerca das definições de arquivos pessoais, trabalhando com o seu papel diante dos estudos na área da Arquivologia. A concepção francesa atuou como fio condutor das propostas desenvolvidas pelo CPDOC.

A influência francesa aparece, no capítulo II, na formação dos profissionais que atuaram no CPDOC durante o desenvolvimento da versão fundadora da metodologia, que incorporou, também, aspectos da tradição arquivística norte-americana. Ao longo da exposição dos principais elementos de suas quatro versões podemos observar uma interessante evolução, que se deu tanto em relação ao aprimoramento conceitual de suas definições quanto em relação aos procedimentos técnicos adotados. A importância do pioneirismo da publicação de uma metodologia, feita a partir de uma experiência prática ainda inicial em sua primeira versão, deve ser destacada na medida em que produziu interessantes discussões acerca do tratamento de arquivos privados pessoais. Apesar da defasagem de quase dez anos, os principais elementos da última versão publicada em 1998 ainda são amplamente utilizados.

A maior questão para a atualização da metodologia está em adaptá-la à informatização da documentação, refletida não só através da criação do sistema Accessus como também da cada vez mais freqüente digitalização dos documentos que constituem seu acervo. O CPDOC possui grande parte de seu acervo fotográfico digitalizado, disponível na internet para consulta, além da parte textual do Arquivo Getúlio Vargas, que também se encontra disponível, e do Arquivo Ernesto Geisel, em fase de digitalização. A utilização da digitalização, além de inserir o CPDOC nas questões atuais de difusão e divulgação de seu acervo, permite a conservação e a preservação dos documentos e a consulta direta à documentação pela internet.

No capítulo III, pretendemos analisar os debates gerados no campo da organização de arquivos pessoais apresentando as críticas, sugestões e propostas desenvolvidas por pesquisadores brasileiros em contraponto à metodologia de organização de arquivos pessoais do CPDOC. A maior parte deste gerou-se devido à aplicação da metodologia do CPDOC em outras instituições. Além disso, discutimos também as normas de descrição NOBRADE, ISAD (G) e ISAAR (CPF), buscando relacionar a metodologia de organização do CPDOC com as propostas apresentadas por elas.

Podemos observar o estado atual do debate acerca da compreensão das definições de arranjo e descrição de arquivos privados pessoais. Para o debate, apresentamos as propostas de Ana Maria de Almeida Camargo – que influenciaram diretamente as propostas dos demais autores trabalhados, Paulo Roberto Elian Santos e André Porto Ancona Lopez. A perspectiva de contextualização da documentação gerou críticas diretas à metodologia do CPDOC no que diz respeito à organização dos documentos de arquivos pessoais. Tais críticas provêm, de certa forma, das consequências encontradas por estes autores nas aplicações da metodologia do CPDOC em outras instituições e a arquivos pessoais de outros tipos de produtores. Cabe ressaltar que, ao longo de suas versões, o Centro destaca que a metodologia desenvolvida cabe à aplicação desta em seu próprio acervo e que sua publicação foi pensada para estabelecer uma interlocução entre as instituições e não para servir como modelo de organização para todos os arquivos pessoais de diferentes instituições. Acreditamos, após a análise do debate apresentado, que algumas das considerações apresentadas pelos autores devem ser avaliadas e pensadas a fim de trazer para metodologia do CPDOC as atuais críticas. Importa observar, entretanto, que nenhuma das críticas atinge, de fato, o principal objetivo da metodologia, qual seja o de institucionalizar as práticas arquivísticas voltadas para arquivos privados pessoais de homens públicos.

Tal atualização deve levar em conta as normas de descrição arquivística nacionais e internacionais – ISAD (G), ISAAR (CPF) e NOBRADE. Vimos que, apesar de não incluir as propostas das normas, a metodologia – e o sistema Accessus – do CPDOC atendem em muitos pontos o que é desenvolvido por estas. A entrada das questões relativas à informatização da informação deve ser levada em consideração. Apesar de não tratarmos desta questão especificamente, consideramos importante para o debate da atualização da metodologia do CPDOC a inclusão dos questionamentos gerados pelo advento tecnológico. A entrada da documentação produzida em meio digital deve ser ponto na agenda destas discussões.

É importante destacar que o debate apresentado ainda requer um aprofundamento específico de algumas questões. A temática trabalhada não se esgota nesta análise, a discussão acerca de arquivos privados pessoais e sua organização e descrição ainda é bastante escassa no Brasil, e este estudo de caso pretende apenas contribuir para ressaltar a importância do debate sobre a questão.

A partir da análise da metodologia de organização de arquivos pessoais do CPDOC podemos levantar uma série de importantes questões inerentes ao trabalho e à pesquisa neste tipo de arquivo. A discussão sobre as formas de arranjo e descrição em arquivos pessoais deve

ganhar espaço na produção acadêmica dos profissionais da área, visto que sua importância aumenta com o progressivo crescimento dos acervos dos arquivos e centros de documentação. Tais locais de guarda, principalmente os formados na década de 1970 como o CPDOC, são considerados instituições de referência e possuem um importante papel neste debate. Destacamos a iniciativa de Ana Maria de Almeida Camargo que publicou os procedimentos adotados na organização do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso, depositado no recentemente criado Instituto Fernando Henrique Cardoso.

O CPDOC desenvolveu, de maneira pioneira a partir da segunda metade da década de 1970, uma metodologia de organização de arquivos pessoais, publicando-a e compartilhando essa experiência com outras instituições arquivísticas, de modo a permitir o estabelecimento de uma interlocução sobre o tema. É importante ampliar o debate e chamar as instituições que tenham experiências semelhantes ou divergentes para conversar. A iniciativa do CPDOC em promover, em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB), no ano de 1997, o Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais deve ser entendida e seguida como exemplo de fórum de debates. Eventos deste tipo permitem a interlocução entre autores internacionais e nacionais e viabilizam o debate em torno das questões inerentes aos arquivos privados pessoais.

Podemos concluir que o presente trabalho visou demonstrar a evolução este importante conjunto de normas que é a metodologia do CPDOC, apontando algumas questões relevantes para a sua atualização. A apresentação dos debates acerca de sua aplicação, sua relação com as normas de descrição e a entrada da informatização na organização da documentação nos fornecem elementos para pensar o momento atual do CPDOC e conseqüentemente, a sua metodologia de organização e descrição de arquivos pessoais.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 5v.

ANCONA LOPEZ, André Porto. *Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Arquivologia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 318 p.

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Arquivos pessoais: uma proposta de descrição*. ARQUIVO: boletim histórico e informativo. São Paulo, v.9, n.1, p.21-24, jan./jun. 1988

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p. Edição bilíngüe: português-inglês.

CAMARGO, Célia Reis. *A experiência do CPDOC*. In: *Encontro de Fotografia e Memória Nacional*, I., 1981, São Paulo. Rio de Janeiro: CPDOC, 1981. 34f.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL; FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Procedimentos técnicos em arquivos privados*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1986, 101p.:il.;32,5cm.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados. 2 ed. Rio de Janeiro: 1994.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Guia dos arquivos do CPDOC. 3 .ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996. 263p.

CHAMSON, A. Manuel d'archivistique. Théorie et pratique des Archives publiques en France. Ouvrage élaboré par l'association des archivistes Français. Paris: Imprimerie Nationale, 1970.

DICTIONARY OF ARCHIVAL TERMINOLOGY 3. In: < <http://staff-www.uni-marburg.de/~mennehar/dati/i/intro.html> > Acesso em 30 out. 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1980, 44p.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Archivística general. Teoría y practica. 5. ed. actual. y aum. Sevilla: Diputacion Provincial de Sevilla, 1991. 512 p.

HEYMAN, Luciana. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Müller. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 19, p. (ver), 1997.

ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. (Publicações Técnicas; nº 50)

ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Publicações Técnicas; nº 49)

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A arquivística e os arquivos pessoais de cientistas. 2007.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 386 p.